

A Serra do Curral não está à venda

Privatização do saneamento: lucro ou o direito universal à água e ao esgoto tratado?

Sociedade resiste à mineração nas serras do Rola-Moça e do Curral

A luta pelo verde na cidade: Mata do Havaí e Mata do Planalto precisam ser protegidas

Não estamos à venda

#89 . ano 24 . ago 2021

COORDENAÇÃO GERAL
Marcus Vinicius Polignano
Thomaz Matta Machado

CONSELHO EDITORIAL
Marcus Vinicius Polignano
Carla Wstane
Eugênio Marcos Goulart
Procópio de Castro
Ennio Rodrigues

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ennio Rodrigues
MTE 0018001/MG

REPORTAGENS
Ferdinando Silva

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Gabão

IMAGEM DA CAPA
Pode colocar arquivo Manuelzão

IMPRESSÃO
Gráfica Del Rey

ISSQN 2178 9363

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor.

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Alfredo Balena, 190, sl. 813.
Belo Horizonte (MG) | CEP 30130-100
(31) 30249460.
comunicacao.pmanuelzao@gmail.com

LEIA TAMBÉM PELA INTERNET
www.manuelzao.ufmg.br
f /projetomanuelzao
@projetomanuelzao
www.guaicuy.org.br
f /institutoguaicuy
@institutoguaicuy



06
PELO TOMBAMENTO DA
SERRA DO CURRAL

09
PRIVATIZAÇÃO E
REGIONALIZAÇÃO DO
SANEAMENTO

16
LICENCIAMENTO AMBIENTAL
EM RISCO

18
INSEGURANÇA ALIMENTAR

27
ESCASSEZ NO
RIO DAS VELHAS



pés no Velhas e os olhos no horizonte



Olá, leitora e leitor da Revista Manuelzão!

Você já deve ter notado que nossa revista está bem diferente desta vez. Esta é a primeira edição de uma nova fase editorial do Projeto Manuelzão e estamos muito felizes em compartilhá-la com você. O tempo traz sempre novas vivências e aprendizados para aqueles que sabem ouvir as gerações que chegam, sem esquecer da história que traçaram. Por isso, o Projeto Manuelzão passou por uma pesquisa de resgate de identidade, mas com o vigor e dinamicidade que os dias atuais podem oferecer.

Quem já acompanha o projeto há alguns anos, vai reconhecer clássicas editoriais da nossa revista, como “Em que pé que tá”, que busca visitar temas que foram discutidos em algum momento e merecem um novo olhar. Nesta edição, por exemplo, não poderíamos esquecer da luta da comunidade pela preservação do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça. Outra seção conhecida que precisava estar de volta é “Nas Trilhas do Velhas”, que resgata e visibiliza histórias de vida e que merecem nossa atenção ligadas ao Rio das Velhas, nossa referência simbólica e sistêmica que nos alimenta até hoje.

Como sempre, o Projeto Manuelzão mantém-se firme na posição crítica ao atual modelo predatório de relação da sociedade com o meio ambiente. Nesta edição, “O assunto é...” - mais um dos versais tão importantes para nós - as movimentações temerárias de governantes e mercado para privatizar o saneamento básico e acesso à água no país. O que é mais importante: Lucro ou direito universal à água e ao saneamento básico? Fomos investigar.

O novo projeto editorial também propõe caminhos inéditos. As matérias do segmento “Enfrentamentos” trarão sempre disputas em curso que devemos estar atentos, como

o desmonte do licenciamento ambiental no Brasil que é tratado nas próximas páginas. Em “Jornadas” é possível conhecer trajetórias inspiradoras de pessoas e movimentos sociais que valem muito a pena acompanhar. Já em “Farol Científico”, fica nossa contribuição para o reconhecimento mais do que nunca necessário à ciência e à pesquisa para transformar o mundo.

Enfim, amigas e amigos, temos trabalhado com muito entusiasmo nesta proposta, motivados pelo ideal de resgatar toda a história de conquistas do projeto até aqui, não esquecendo da bacia do Rio das Velhas onde nascemos e, sobretudo, mantendo o espírito questionador de um grupo que quer ver uma nova humanidade nascer, mais justa e solidária.

Um último convite: leia ainda a seção “Relembraças”. Nela iremos, a cada edição, resgatar um marco de nossa história. O título do primeiro texto é auto-explicativo: “Assim, tudo começou...”

E, para refletir, vai aqui um trecho do poema *Triste Horizonte* (1976), de Drummond, sobre Belo Horizonte e a Serra do Curral: “Proibido escalar. Proibido sentir o ar de liberdade destes cimos, proibido viver a selvagem intimidade destas pedras que se vão desfazendo em forma de dinheiro. Esta serra tem dono. Não mais a natureza a governa. Desfaz-se, com o minério, uma antiga aliança, um rito da cidade. Desiste ou leva bala. Encurralados todos, a Serra do Curral, os moradores cá embaixo.”

O poeta termina prenunciando: “Não quero mais, não quero ver-te, meu Triste Horizonte e destruído amor”.

Esperamos que gostem.
Boa leitura!

Projeto Manuelzão



BIODIVERSIDADE EM RISCO: PEIXES E CONTAMINAÇÃO

ISABELA MARTINS, KELE ROCHA, MÔNICA CAMPOS,
VANESSA GUIMARÃES E BERNARDO BEIRÃO

A água doce representa apenas 0,01% de toda água existente no planeta e abriga 9,5% de todas as espécies animais. No entanto, vários estudos vêm mostrando a diminuição das populações e risco de extinções em ecossistemas aquáticos continentais. O **índice da vida no planeta** mostrou um declínio anual de 3,9% das espécies de água doce, número 4 vezes maior do que o índice das espécies terrestres. Além disso, a Lista Vermelha da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) mostra que uma alta proporção de espécies ameaçadas está entre os animais aquáticos.

Ou LPI (Living Planet Index), é um indicador do estado da diversidade biológica global, com base em tendências observadas nas populações de vertebrados de espécies de todo o mundo.

Além de grande biodiversidade, a vida nos ecossistemas aquáticos depende de complexas e importantes interações. A vegetação ciliar e os organismos autótrofos (que realizam fotossíntese) fornecem energia e nutrientes, além de servirem como base da cadeia alimentar. Muitos organismos aquáticos participam do processo de ciclagem da matéria orgânica, mantendo em equilíbrio todo o ecossistema aquático.

Os peixes possuem importante papel dentro dessas interações. Esse grupo de organismos aquáticos é composto por espécies que estão presentes em diversos níveis dentro da cadeia alimentar, que variam desde organismos herbívoros (se alimentam de material vegetal), predadores (se alimentam de outros organismos vivos), onívoros (se alimentam de toda a variedade disponível) e detritívoros (se alimentam de detritos de matéria orgânica).

Os contaminantes presentes na água podem entrar nos sistemas biológicos desses animais e se acumular em seus tecidos. Além disso, esses contaminantes se acumulam através do ciclo alimentar, podendo chegar a outros animais que se alimentam desses peixes, inclusive até a espécie humana.

APÓS A LAMA

O consumo de peixes é tradicional nas comunidades ribeirinhas, no entanto, o rompimento da barragem da Vale na bacia do rio Paraopeba alterou profundamente esta tradição e fonte de renda da população. Até o momento, há alguns estudos sobre a contaminação que relatam a presença de alumínio, ferro e manganês como os principais contaminantes. Também foi observada a toxicidade e acúmulo de metais no tecido muscular de peixes expostos à água e sedimento.

O processo no qual os animais vão acumulando contaminantes à medida que têm contato com eles se chama bioacumulação, já o processo de acumulação através do consumo de animais já contaminados é denominado biomagnificação.

Esses resultados reforçam a importância de um monitoramento de longo prazo e ao longo de todo o rio Paraopeba, desde Brumadinho até a represa de Três Marias, para avaliar os efeitos da bioacumulação na cadeia alimentar ao longo do tempo. Apesar da pesca profissional já estar proibida no Paraopeba desde 2004, após o rompimento da barragem da Vale, em 2019, a pesca amadora de espécies nativas também foi proibida.

PESCA E PISCICULTURA NA REPRESA DE TRÊS MARIAS

Na represa de Três Marias a situação da pesca é diferente, não há restrições quanto à pesca e produção de peixes nas suas águas. Construída com a finalidade de geração de energia elétrica, a represa de Três Marias desempenha um importante papel para a economia e o turismo das cidades de seu entorno.

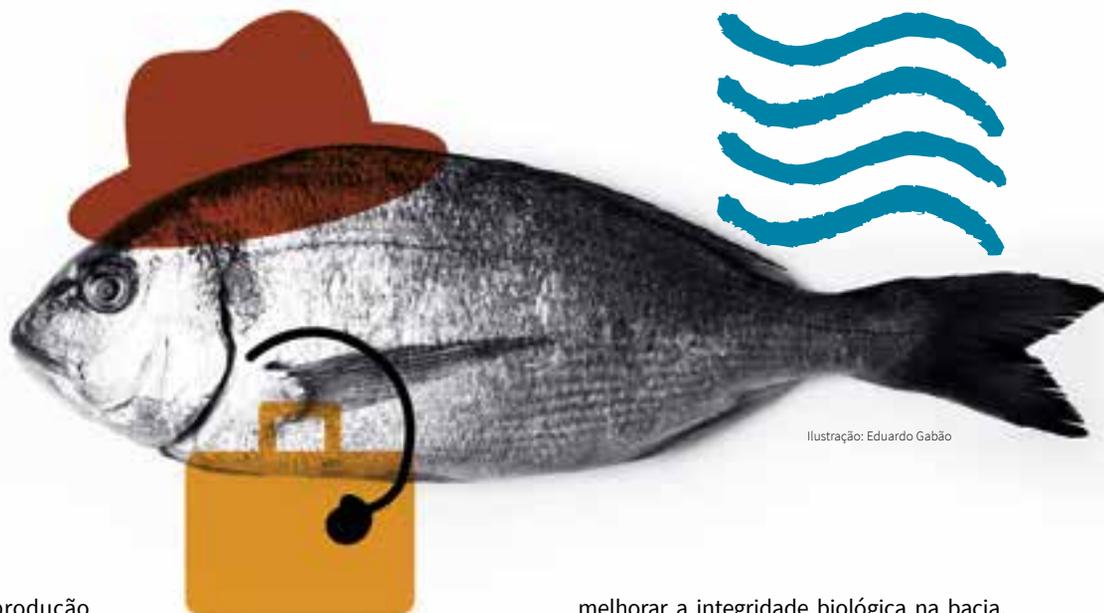


Ilustração: Eduardo Gabão

Um dos principais polos de produção de tilápia do país, a represa garante o sustento e renda para mais de 5.000 pescadores profissionais e trabalhadores de apoio à pesca na região, e também atrai pessoas para prática de pesca amadora/esportiva e prática de esportes náuticos, impulsionando assim a economia dos municípios.

Apesar do rio Paraopeba ser um dos afluentes que formam a represa, até o momento não há informações sobre a contaminação devido ao rompimento da barragem. Ainda assim, os potenciais efeitos do rompimento sobre as comunidades aquáticas devem ser avaliados.

Produtores de tilápias, pescadores profissionais e toda a rede de turismo em torno do reservatório amargam a desvalorização do pescado e com o sumiço dos turistas em função do “fantasma da contaminação”.

João* conta que “antes do rompimento o peixe custava R\$ 15,00 o quilo. Hoje não consigo vender por mais de R\$ 8,00.” Além dele, moradores que tinham sua renda com o turismo também relatam perdas, como Maria*, que alugava seu rancho e Luís*, que trabalhava como guia de pesca. Relatos como estes são comuns e mostram como a renda das pessoas tem sido impactada pelo desastre.

MONITORAMENTO DOS IMPACTOS NA BIODIVERSIDADE AQUÁTICA

O monitoramento da biodiversidade, ou biomonitoramento, consiste em avaliar os efeitos da ação humana sobre o ecossistema por meio de indicadores biológicos. Vários países adotaram uma nova percepção e novas diretrizes para a gestão dos recursos hídricos, fundamentada em uma visão muito além da qualidade física e química das águas.

Neste contexto está também uma diretriz conjunta de órgãos ambientais de Minas Gerais que amplia os processos adotados na avaliação e monitoramento dos corpos d’água.

Esta nova abordagem busca uma classificação da qualidade ecológica dos ambientes aquáticos, em outras palavras, de sua integridade ecológica, que pressupõe uma avaliação sobre a interação entre os processos geomórficos (que atuam na forma e relevo do solo), sedimentológicos, de qualidade físico-química e dos componentes biológicos da água e sedimento.

O Projeto Manuelzão e seus parceiros realizam o biomonitoramento da bacia do rio das Velhas há anos. A análise dos resultados do biomonitoramento, realizado entre os anos de 2003 e 2010, demonstrou que para

melhorar a integridade biológica na bacia, representada pelos peixes, é necessário efeito combinado de melhoria da qualidade da água, vegetação ripária e melhora da condição do habitat ecológico, o que resultou na melhoria da diversidade da comunidade biológica dos invertebrados aquáticos.

Projetos como este auxiliam no diagnóstico ambiental e ajudam a definir estratégias de conservação, indicação de áreas para conservação e restauração de ecossistemas.

Atuando como Assessoria Técnica Independente (ATI) das comunidades atingidas pelo rompimento na bacia do Paraopeba, o Instituto Guaicuy realizou o biomonitoramento da bacia, com o objetivo de integrar todos esses aspectos dos ambientes aquáticos, as características físicas e químicas da água, solo, sedimento, a composição e estrutura das comunidades biológicas, suas relações ecológicas, além dos processos de acumulação de metais e sua transferência nas cadeias alimentares.

Dessa forma, será possível avaliar as consequências da contaminação da bacia, avaliar até que ponto as regiões podem ter sido afetadas ou não pelos rejeitos do rompimento e como estas alterações do ambiente podem interferir no equilíbrio da biota aquática, na saúde ambiental e em última análise, também sobre a saúde da população.

*Nomes fictícios.



POR UM PUNHADO DE DÓLARES: MINERADORAS E GOVERNO DO ESTADO TENTAM ACORDO PARA DESTRUIR O CURRAL DE MINAS

Tombamento estadual da Serra do Curral é oportunidade de acertar as contas com o passado e assegurar que próximas gerações possam construir novas histórias emolduradas por uma serra preservada e naturalmente equilibrada

O nome de Contagem deriva de uma homenagem ao santo protetor dos viajantes, São Gonçalo do Amarante e do fato do povoado ter surgido como um posto de registro do Brasil-colônia, no qual era realizada a contagem das cabeças de gado e mercadorias para serem taxadas.

FERDINANDO SILVA

Há 2,2 bilhões de anos testemunhando incontáveis eventos tectônicos e ciclos do planeta, a **Serra do Curral** é um documento da riqueza geológica da Terra. Formada por uma cadeia de montanhas que possuem a mesma inclinação e direção, fenômeno que faz dela uma moldura natural, a serra liga duas das mais importantes bacias hidrográficas de Minas Gerais: a do rio das Velhas, a nordeste, e a do rio Paraopeba, em seu limite sudoeste.

A história recente mostra, porém, que bilhões de anos de formação natural podem sucumbir a poucas décadas de exploração pelo homem.

Como os rios, as serras são os primeiros monumentos históricos de Minas Gerais e falar delas é falar da própria história e povoamento do estado, no fim do século XVI. As serras foram os principais pontos de orientação e de avistamento de territórios para os povos originários e as **bandeiras e entradas** chegadas do sul, de São Paulo e Rio de Janeiro, e do norte e leste, da Bahia e Espírito Santo.

Entre outros importantes conjuntos de montanhas mineiras, a Serra do Curral é uma das que melhor ilustra a total simbiose que esses imponentes patrimônios estabelecem com a formação de habitações em seu entorno. Apenas cinco anos após a fundação do arraial de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana, primeiro povoado de Minas, o bandeirante João Ortiz chegou à então chamada Serra das Congonhas à procura de ouro.

Encontrou uma paisagem acolhedora, repleta de rios e córregos, de clima ameno e próprio para a agricultura. Criou então a Fazenda do Cercado, em uma área onde está atualmente o bairro Calafate (ou Nova Cintra, a depender da fonte), em Belo Horizonte, que logo atraiu outros moradores e um povoado começou a se formar ao seu redor.

Os moradores deram o nome de Curral del Rey, em referência ao curral ali existente, segundo o historiador Abílio Barreto. A Serra das Congonhas começa a se tornar então a Serra do Curral.

Se apresenta à Belo Horizonte em sua maior porção e compreende também, em seus 11 quilômetros de extensão, parte do território de Sabará, Nova Lima, Brumadinho e Ibirité.

Expedições de exploração territorial no Brasil-colônia.

CURRAL DEL REY

O nome do arraial e do curral da Fazenda Cercado é uma provável referência a Francisco Homem del Rei. É sabido que o português chega à região em 1709 e inicia a construção da capela de Nossa Senhora da Boa Viagem. O povoado cresceu desde então a partir da criação de gado e da fabricação de farinha; também se produzia algodão e fundia-se ferro e bronze.

Em 1711, o rei de Portugal, concede a Ortiz o terreno da Fazenda do Cercado. Em abril de 1714, o arraial de Curral del Rei passa a pertencer à Comarca do Rio das Velhas e, em 1718, à de Sabará. O Distrito foi criado com a denominação de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rey, por Ordem Régia de 1750. A população inicial limitada a algumas dezenas de famílias chegou a 18 mil habitantes.

“Margeando o rio São Francisco, o gado vindo da Bahia em direção às minas de ouro pernoitava em Curral del Rey e era contado em São Gonçalo de Contagem”, explica Françaíse Souza, Diretora de Patrimônio Cultural e Arquivo Público da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

“A Serra do Curral era o eixo fundamental de articulação entre duas Minas Gerais: a dos sertões, em referência ao grande sertão narrado brilhantemente

por Guimarães Rosa [no Norte do estado] e a das minas gerais, da exploração de minério de ferro e metais preciosos, na região do Quadrilátero Ferrífero”, explica Françaíse. Essa última, de verve drummondiana, nota-se.

O nome Serra do Curral aparece pela primeira vez em 1862, em um mapa.

A CONSTRUÇÃO DE BELO HORIZONTE

A Serra do Curral também foi uma referência fundamental para o projeto de modernização de Minas, após a Proclamação da República e o estabelecimento de uma nova capital do estado, para substituir Ouro Preto, antiga expoente do ciclo do ouro no Brasil-colônia.

O então governador, Augusto de Lima, determinou em 1891 a transferência da capital para um lugar que oferecesse as melhores condições de habitação. A região do arraial de Curral del Rey foi indicada como a mais adequada, em função de sua beleza cênica, da ótima condição climática que oferecia e da **riqueza hídrica**, capaz de abastecer a nova capital.

A partir do projeto do engenheiro Aarão Reis, a Cidade de Minas é inaugurada no dia 12 de dezembro de 1897, ainda em construção. Em 1901, o nome foi alterado para Belo Horizonte, como não poderia deixar de ser,

em referência à presença da Serra do Curral del Rey. Ela também está em destaque no brasão da cidade, em fundo azul, com um sol nascente surgindo de seu lado esquerdo.

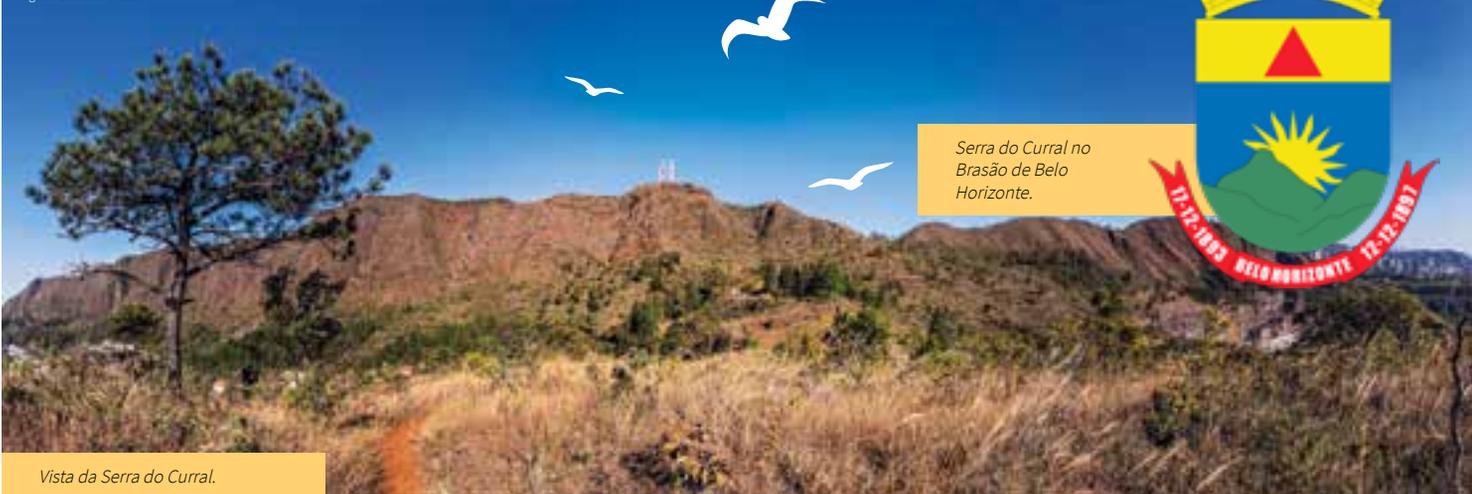
“A cidade foi toda pensada na direção da serra, o que fica evidente no traçado de Aarão Reis de sua principal avenida, a Afonso Pena, ressaltando a serra como uma moldura a ser contemplada”, aponta Françaíse. Dela, podia-se observar toda a cidade e da cidade, podia-se observar toda a serra.

DESFIGURAÇÕES E TOMBAMENTOS

O fato de ser o maior símbolo de Belo Horizonte não impediu que a exploração minerária, desde a década de 1940 e a ocupação imobiliária, a partir de 1960, alterassem significativamente a paisagem da Serra do Curral. Já em 1960, ela foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), após articulação do então governador de Minas, Bias Fortes.

A Serra do Curral é um local “produtor” de água tanto para a bacia do rio das Velhas quanto para a do Paraopeba, principais responsáveis pelo abastecimento da atual Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Nela nascem grande parte dos cursos d’água que banham a RMBH, como o ribeirão Arrudas, os córregos do Clemente, Capão da Posse, Cercadinho, Acaba Mundo e Serra. Abriga ainda grande diversidade de espécies de fauna e flora.

Imagem: Eduardo Gabão



Vista da Serra do Curral.

Serra do Curral no Brasão de Belo Horizonte.



Panorama de Belo Horizonte visto da Avenida Afonso Pena

À época, explica a Diretora de Patrimônio Cultural e Arquivo Público da PBH, Françoise Souza, o principal objetivo era manter o aspecto monumental do paredão, visto de Belo Horizonte.

“Tinha-se um entendimento muito restrito de patrimônio cultural e, por isso, a proteção foi insuficiente”, observa. Foi tombado pelo Iphan apenas o trecho que, tendo como eixo central a Afonso Pena, se estendia 900 metros à esquerda e à direita. Ou seja, protegeu-se apenas a visão de Belo Horizonte da serra.

A proteção não impediu que, longe da vista dos belo-horizontinos, a mineração literalmente sumisse com morros e rebaixasse outros em função da retirada de ferro. Mesmo em Belo Horizonte somaram-se ainda à degradação a formação de ocupações como o Aglomerado da Serra e a verticalização imobiliária em bairros ricos como o Mangabeiras.

Em 1976, Carlos Drummond de Andrade expressa sua melancolia com os rumos de Belo Horizonte no poema Tristes Horizontes.

Nesse contexto, a PBH tomba, em 1991, toda a porção da serra inserida nos limites da capital. “Desta vez, as questões afetivas e simbólicas entraram no processo. O tombamento levou em conta os aspectos históricos, ecológicos, de pertencimento etc.”, explica Françoise.

Ainda segundo ela, já em 1991 o Conselho de Patrimônio Cultural da PBH indica a necessidade de um tombamento estadual, a fim de se proteger também suas porções em Nova Lima e Sabará.

O TOMBAMENTO ESTADUAL

Em 2011, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) recomendou o novo tombamento ao Iepha (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), a fim de se preservar todo o alinhamento montanhoso e a integridade de toda a riqueza ambiental da Serra do Curral.

Em 2017, o MPMG finalmente assinou um termo de compromisso com o Iepha, pelo tombamento integral da serra. Após idas e vindas, o Iepha abriu o processo de tombamento em 2018 e concluiu, em 2020, um dossiê sobre o caso.

O corpo técnico e a direção do Iepha aprovaram o dossiê, com mais de 1000 páginas, que, em último nível, deve ser aprovado pelo Conep (Conselho Estadual do Patrimônio Cultural). Porém, a então presidente do Iepha, Michele Arroyo, que colocaria o dossiê para votação no Conep, foi destituída do cargo em abril deste ano.

O MPMG fez, então, uma recomendação ao Iepha exigindo que o dossiê fosse pautado na próxima reunião do Conep, o que ainda foi cumprido pelo governo.

O governo de Romeu Zema (Novo) e as mineradoras tentam desesperadamente alterar as bases do estudo para permitir a exploração na área, o que condenaria definitivamente a serra.

A partir desse cenário, a sociedade civil, entidades ambientalistas, políticos, artistas e o MPMG se mobilizaram para requerer ao Governo de Minas o urgente tombamento da Serra do Curral a nível estadual, com base no dossiê já aprovado. Um abaixo assinado promovido pela vereadora Duda Salabert (PDT) recolheu mais de 100 mil assinaturas contra a mineração na área.

A ESCOLHA PELA HISTÓRIA

“A cultura é dinâmica, se ressignifica continuamente e a política de patrimônio tem que dialogar com esse movimento. Congelar um patrimônio seria tirar sentido e restringir a apropriação. O patrimônio deve se abrir à contemporaneidade, sem que sua essência seja destruída. E não há melhor defesa de um bem do que sua apropriação pelas pessoas”, argumenta Françoise.

Para ela, é a hora de aproveitar a mobilização em torno da Serra do Curral para reimaginarmos suas possibilidades, que não tenham a ver com a exploração predatória. “É um momento para agregarmos formas sustentáveis de uso social e econômico do patrimônio; por exemplo investindo na criação de parques e no turismo ambiental” aponta Françoise, lembrando que este é o caso de tantas outras serras de Minas Gerais.

“Há séculos Minas vive a chamada minério-dependência, mas se não tentarmos superar esse ciclo seremos obrigados a escolher entre nossa história ou a exploração predatória dela”, conclui.

Por fim, Marcus Vinicius Polignano coordenador do Projeto Manuelzão e um dos mobilizadores do movimento pela preservação Serra do Curral afirma que a formação rochosa é um símbolo da nossa mineridade, um cenário que está na visão e no coração de todos que aqui moram e por aqui passam.

“A destruição da serra deixaria um sentimento de morte em Belo Horizonte. Deserdaria as futuras gerações do patrimônio que recebemos da natureza e dos que aqui viveram. Isto não tem preço. Aqueles que votarem contra a serra não merecem o voto dos que aqui habitam, e vão ser historicamente lembrados por isso. A Serra do Curral não está à venda”; pontua Polignano.

E desafia: “façam um plebiscito para saber se a população quer mineração na Serra do Curral.”

Mexeu com a Serra do Curral, mexeu comigo!

A TRATATIVA DE PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO: LUCRO OU O DIREITO UNIVERSAL À ÁGUA E AO ESGOTO TRATADO?



Evento virtual do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas discute a proposta de privatização do saneamento no Brasil e em Minas e reuniu especialistas discutir novo marco legal do setor e suas implicações

Conjunto dos serviços de abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza e drenagem urbana e de águas pluviais; e manejo de resíduos sólidos.

FERDINANDO SILVA

Propagandeado como a bala de prata para a universalização e a melhoria dos serviços de saneamento no país até 2033, o “novo” marco legal do **saneamento básico** foi sancionado, em julho do ano passado, pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Instituída pela lei 14.026, a nova diretriz abre os processos licitatórios do setor à concorrência da iniciativa privada. Mas também esconde armadilhas que podem nos levar ao caminho contrário do prometido: o desmonte de décadas de avanços prévios na gestão pública, o aumento de tarifas a médio e longo prazo, a exclusão de parcelas carentes da sociedade e, em último nível, a negação do saneamento básico enquanto direito fundamental.

Essas são algumas das conclusões sobre o tema a que chegou o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH), que congrega os 36 comitês de bacias de Minas Gerais. Em maio, a instituição reuniu nove especialistas no assunto em um webinar, para apresentar a matéria à sociedade e debater os efeitos do marco no estado.

Para fazer do saneamento uma enorme banca de negócios, a lei instituiu a prestação do serviço de forma regionali-

zada; isto é, os estados devem organizar os municípios em unidades regionais, para a concessão dos blocos às prestadoras de serviço por meio de licitação. A promessa: evitar que as empresas se instalem apenas nas cidades mais lucrativas e deixem ao relento municípios menores e populações já desassistidas.

Na prática, especialistas apontam que a concessão em blocos favorece grandes grupos empresariais frente às empresas públicas, como já ocorreu nos estados do Rio de Janeiro e de Alagoas, mas não resolve a questão. No Rio, por exemplo, o bloco mais barato, que reunia seis municípios e a região mais pobre da capital fluminense, foi o único que não teve propostas.

Em Minas, o anteprojeto de lei apresentado pelo governo do estado, decorrente da lei federal, passa por cima das realidades de centenas de municípios, mostra o FMCBH. Mais que isso, desrespeita e desmonta inúmeros avanços rumo à prestação do serviço público de qualidade pela Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), empresa autossustentável, mas que sofre com a pressão do atual governo por sua privatização, e de forma autônoma pelos municípios.

NA CONTRAMÃO DO MUNDO

Relator Especial do Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário da ONU (Organização das Nações Unidas) durante seis anos, o engenheiro, pesquisador e professor, Léo Heller, pontuou, no evento, que o Brasil está indo na contramão de tendências mundiais, que sublinham a importância do saneamento como direito fundamental, além do papel do Estado na garantia do acesso a esse direito.

“Há um movimento forte, ressaltado pela pandemia, na Europa, na Ásia, nas américas, não na direção da regionalização e privatização, mas da remunicipalização do saneamento. Centenas de grandes cidades, como Berlim e Paris, retornaram à gestão pública e municipalizada”, pontuou Heller.

Em seu último relatório para a ONU, sobre os riscos aos direitos humanos deste modelo de saneamento, Heller apontou três elementos, que, combinados, ao invés da universalização, podem levar à exclusão de parcelas carentes e a significativos aumentos de tarifas a médio e longo prazo: a característica de **monopólio natural** do serviço; a **assimetria de poder** entre as empresas prestadoras, as agências reguladoras e o consumidor; e o norte da **maximização dos lucros** das prestadoras.

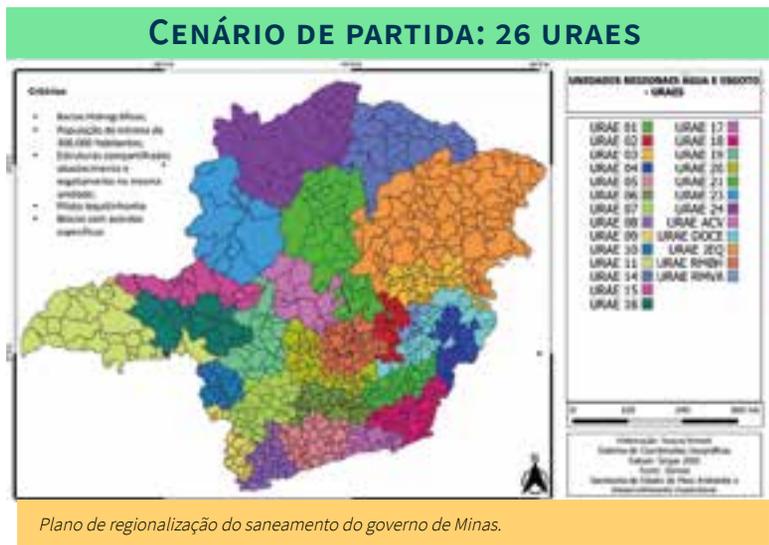
Em Minas, o governo divulgou, em suas apresentações do projeto ao setor privado, que a tarifa a ser perseguida é de 5% da renda familiar. De acordo com relatórios da ONU, o comprometimento da renda familiar com serviços de saneamento, não deveria ultrapassar 3%. Grande parte dos municípios no estado têm tarifas de 1,5% ou menos desse valor.

REGIONALIZAÇÃO PARA QUÊ?

À primeira vista, não há porque pensar, porém, que a regionalização deva, necessariamente, levar à privatização do serviço, observou Marcos Montenegro, do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas). Depende de como o estado irá se comportar.

No Ceará e em São Paulo, por exemplo, o principal critério para a criação dos blocos regionais foi a manutenção dos contratos das empresas estaduais. Também serão mantidos os **SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto)**. Em Minas Gerais, contudo, o governo de Romeu Zema (Novo) advoga abertamente pela privatização do saneamento e a regionalização pode ser usada nesse sentido.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 74 regiões metropolitanas no país, que reúnem 1290 dos 5568 municípios. Nelas, o saneamento já é regionalizado. Apesar de demandar extensa análise e ampla participação, os estados tinham apenas até 15 de julho para regionalizar o restante das cidades, instituindo o saneamento como serviço de interesse comum.



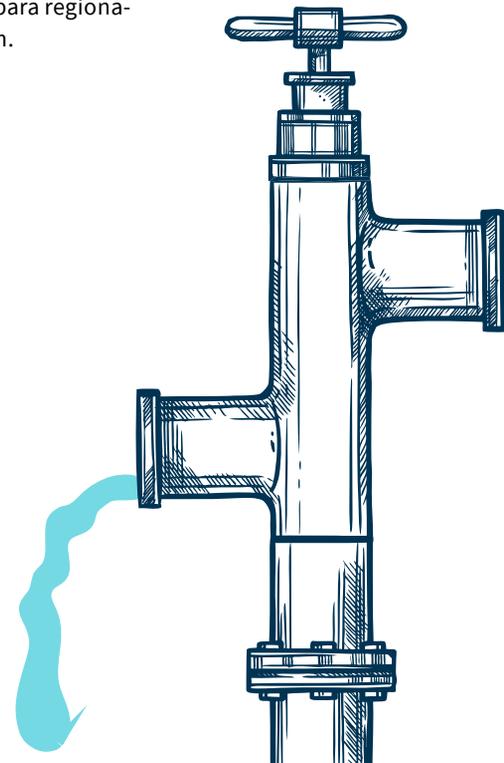
Plano de regionalização do saneamento do governo de Minas.

No qual altos custos de infraestrutura e outras barreiras em relação ao tamanho do mercado afastam concorrentes.

Como aponta a literatura da área: grandes grupos empresariais, contra reguladores enfraquecidos pelo modelo regionalizado e a sociedade civil sem voz. Esses grupos, assistidos por bons corpos técnicos e de advogados e muito bem preparados para defender seus interesses, contarão ainda com empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e outros estímulos do governo federal.

A iniciativa privada não se contenta em realizar lucro, leva-o ao limite.

Tipo de autarquia com independência administrativa e financeira da prefeitura, à qual o município outorga os serviços de saneamento básico.



São dois os instrumentos da regionalização:

- A **coordenação cooperativa**, prevista no artigo 25 da Constituição, mediante lei complementar estadual. Requer que os municípios sejam limítrofes e prevê a participação compulsória. Cria regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou microrregiões, que devem ser aprovadas pela maioria dos deputados. É o caminho tomado por Minas.

- Já a **cooperação federativa**, prevista no artigo 241, possibilita que cidades não contíguas voluntariamente participem de consórcios públicos ou convênios de cooperação. Cria uma unidade regional que deve ser aceita pela prefeitura dos municípios (adesão autoritária pois não requer autorização dos vereadores).

Em teoria, todos os municípios devem ser incluídos em unidades regionais.

A titularidade do serviço de saneamento é do município!

O saneamento é um serviço da prefeitura, portanto, é dela a decisão final de como prestar seu serviço e de concedê-lo a terceiros ou não. Os municípios podem seguir um caminho autônomo e operar o próprio saneamento ou, com o novo marco, deverão abrir concessões que serão disputadas tanto pela Copasa, quanto pelas empresas privadas.

Apesar de atuar em 605 municípios mineiros, a Copasa (e demais empresas públicas), sem contar com estímulo federal e a boa vontade do governo estadual, terá menor chance de vencer as licitações.

1. Criar um SAAE ou outro tipo de autarquia via lei municipal.
2. Aderir ao bloco regional e ao posterior bloco de concessão que será disputado por meio de licitação.

SEM DESÂNIMO

Criada em 1984, a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), vinculada aos SAAEs, conta com mais de 2 mil associados, respondendo por 25% do saneamento brasileiro. A Assemae surgiu para facilitar a cooperação intermunicipal, como resposta à centralização adotada, então, no regime militar, com a criação das companhias estaduais de saneamento, dando suporte aos prefeitos que resistiram e mantiveram seu serviço autônomo.

“Não mudaram nem mesmo a receita: só tinha recursos à época quem aceitasse o modelo das companhias estaduais. Estamos voltando à década de 1970? Por vários motivos parece que sim, mas não! Estamos mais ativos, vigilantes e não há desânimo dos serviços municipais, os associados estão certos de que vão continuar”, avalia Lopes Francisco Lopes, secretário executivo da associação.

INCONSTITUCIONAL

A inexistência de qualquer mecanismo que incentive a gestão pública no marco aprovado, para a Assemae, é uma das várias inconstitucionalidades da lei, o que motivou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF). “Há, pelo contrário, uma clara coerção institucional, na qual a União usa a pressão por recursos para implementar o modelo proposto”, aponta o secretário.

Outro ponto levantado na ADI é que o mais importante instrumento para a decisão dos prefeitos e municípios sobre a regionalização deveria ser um estudo de viabilidade claro. As análises do governo de Minas, contudo, são prévias, foram disponibilizadas em cima da hora e não conseguem demonstrar se as unidades regionais criadas irão universalizar seus serviços até 2033.

A HISTÓRIA E A IMPORTÂNCIA DOS SAAES

PPoços de Caldas, no Sudoeste de Minas, atende 100% do município com água e esgoto e não irá aderir à unidade regional proposta. “Temos uma empresa de 55 anos, eficiente e enxuta e uma das menores tarifas do estado. Sem informações claras sobre custos e benefícios esperados, para que vamos aderir?”, questiona Rodopiano Evangelista, natural de Poços e vice-presidente da Assemae.

O que esperar então? “Judicialização da lei por parte de entes públicos, tendo em vista a grande insegurança jurídica gerada para o setor”, conjectura Evangelista.

Presidente da Regional de Minas Gerais da Assemae e diretor do SAAE de Passos, município de 120 mil habitantes, localizado no Sul de Minas, Esmeraldo Santos fez coro ao prognóstico de Evangelista.

“Temos um serviço de qualidade, com a tarifa quatro vezes mais barata que a da Copasa, imagina que a de uma empresa

privada... O governo de Minas quer passar o trator sem dialogar, não há motivos para aceitarmos esse arranjo”, afirma Santos.

Passos é o maior município da unidade regional 10, que reúne 17 municípios. Para o diretor do SAAE local, além da judicialização da lei, um instrumento de resistência dos municípios será o esvaziamento dos blocos.

“Quando os municípios que encabeçam e que praticamente bancarão seus respectivos blocos decidirem não aderir ao plano de regionalização, a iniciativa privada vai perder seu interesse e o governo terá que dialogar. Será o caso de Passos, Poços de Caldas, Juiz de Fora, Uberlândia, entre muitos outros”, prevê Santos.

O BOM EXEMPLO DA GESTÃO PÚBLICA DA CAPITAL

Em Belo Horizonte, a avaliação da prefeitura (PBH) é semelhante à das cidades do interior. Para Ricardo Aroeira, diretor de gestão de águas urbanas e secretário executivo do Conselho Municipal de Saneamento da PBH, está claro, em Minas, que a lógica comercial se sobrepõe à busca pela universalização.

Ponto fora da curva no estado, Belo Horizonte tem 100% de seus lares abastecidos, 94,9% com esgoto coletado e 84,8% tratado. Mas não foi apenas o poder econômico da capital que possibilitou tais resultados.

Há décadas BH institucionalizou uma política pública que valoriza o poder local como instância máxima de gestão e decisão, com mecanismos de controle social e participação popular e uma ativa parceria com a Copasa. Isso possibilitou que, de 2004 pra cá, a população com esgoto tratado saltasse de apenas 28%,1 para o número atual.

Um fundamental mecanismo desse avanço, o fundo municipal de saneamento, está ameaçado pela proposta do governo estadual, na avaliação de Aroeira. Os recursos do fundo, provenientes de 4% da arrecadação líquida das tarifas da Copasa e das contas de água e esgoto da PBH, são destinados a inúmeros projetos de saneamento na capital. Em 15 anos, R\$1,61 bilhão foi investido através dele.

No momento, a PBH está realizando um estudo de valoração da concessão da cidade, além de estudos técnico e jurídico para a identificação de riscos e deficiências da proposta do governo estadual e a definição de alternativas para prestação do serviço.

A TENTATIVA DE PRIVATIZAR A COPASA

Responsável pelo saneamento de mais de 70% dos municípios do estado, a Copasa há muito firmou-se como uma empresa sustentável e com grande capacidade de investimento, e sempre foi considerada uma das melhores empresas de saneamento do Brasil. Anualmente, em média, a companhia tem lucro líquido de R\$ 500 milhões, investe R\$ 578 milhões na melhoria de seus serviços e distribui R\$ 211 milhões em dividendos a seus acionistas.

Contudo, com a chegada do governo Zema, os rumos estão mudando.

O governo anterior, em quatro anos, previu investir R\$ 2,545 bilhões e entregou R\$ 2,226 bilhões do planejado. Nos primeiros dois anos do governo atual, a previsão foi de R\$ 1,639 bilhão, mas apenas R\$ 955 milhões tiveram esse destino, uma redução de quase 30% no valor executado. Em 2020, menos de 45% dos R\$ 853 milhões previstos foram realizados.

“Comparando a previsão de investimento do governo anterior e do atual vê-se que a lógica da privatização é uma questão simplesmente ideológica, não um requisito para universalização”, comenta Eduardo Oliveira, Presidente do Sindágua-MG (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais).

O prazo de 2033 para a universalização, inclusive, deve ser estendido até 2039, segundo o governo estadual. Ainda de acordo com o governo, são necessários R\$ 19 bilhões para a universalização.

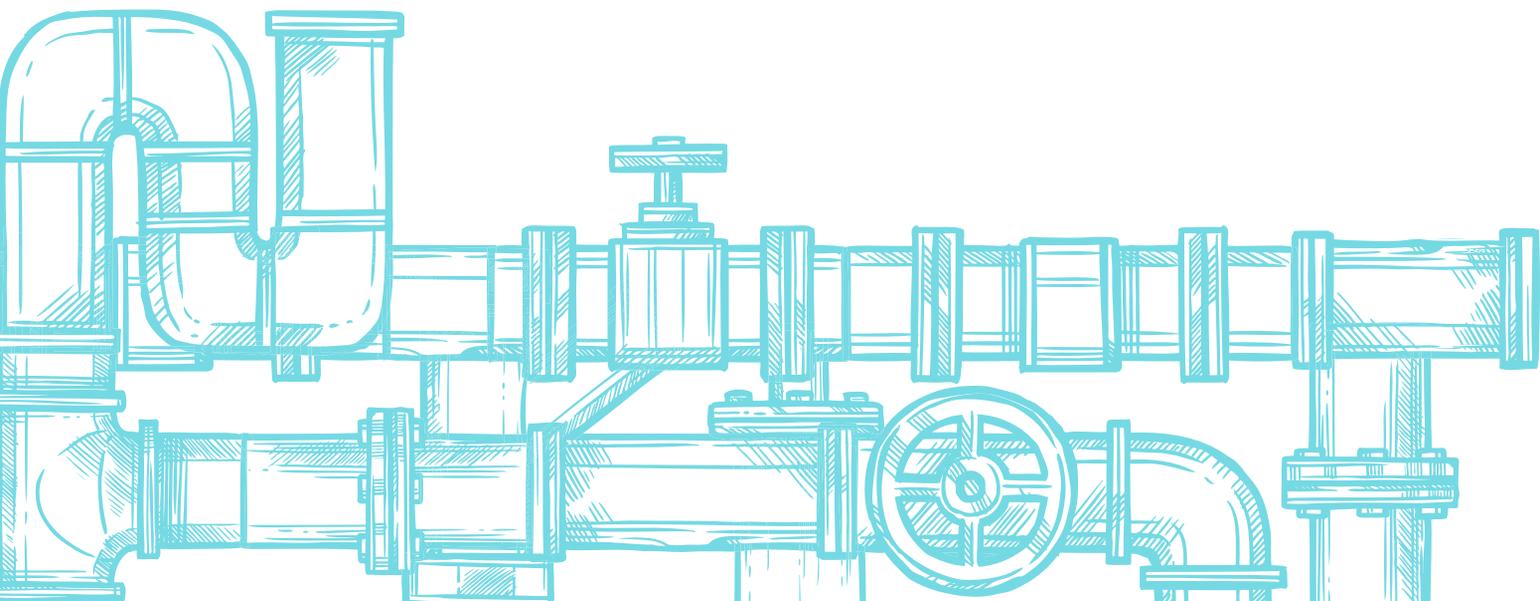
“Para universalizar o serviço precisamos de investimento e não apenas promessa de investimento. Nesse prazo, a Copasa já tem capacidade para chegar à universalização onde atua e ajudar no desenvolvimento de regiões como o Norte de Minas e os vales do Jequitinhonha e Mucuri, sem desrespeitar a autonomia dos municípios para escolher o melhor modelo de saneamento que cada localidade precisa”, completa.

A Copasa tem também seus problemas, mas como uma estatal mista, é mais permeável e sensível às questões sociais e ambientais. Há que se aprimorá-la, não estrangulá-la.

CHUTE NA HISTÓRIA

Para Marcus Vinícius Polignano, coordenador-geral do FMCBH e do Projeto Manuelzão, a perda de fundos municipais e outros importantes mecanismos das políticas públicas construídas, não se reverte do dia para a noite. Uma vez desmontada a Copasa, por exemplo, remontá-la é uma tarefa quase impossível. E aí, quem vai reconstruir essa história depois?”, questiona.

“Uma parceria público-privada seria um arranjo bem-vindo. O que não podemos aceitar é a postura de sufocar todo mundo em um mesmo processo. O não respeito ao que já foi construído é um chute na história. Não há como pensar que simplesmente desmontando o que construímos ao longo de tanto tempo será possível aperfeiçoar o modelo”, avalia Polignano.



PESSOAS QUE TRANSFORMAM

Mulher determinada, a professora Roseli da Silva deu um novo sentido a sua vida cuidando das águas de seu bairro e construiu uma nova história para o córrego Capão

“Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender”. Essa frase de Paulo Freire é de 1997. Com ela, um dos maiores estudiosos do mundo do campo de Pedagogia e Educação diz muito sobre o processo educativo, mas também diz muito sobre a Roseli da Silva, de 49 anos, moradora do Céu Azul, em Belo Horizonte. Professora de História da educação infantil, ela se deparou, em 2006, com uma revista pedagógica que indicava uma atividade de educação socioambiental com córregos regionais. Assim conheceu o Projeto Manuelzão.

Foi ali que ela, que até então nunca tinha se envolvido com movimentos ambientalistas, se deu conta de que pouco ou nada conhecia sobre o córrego Capão, que passa pelo bairro em que sempre viveu “Eu via o córrego ali desde criança, mas não tinha a dimensão do que ele significava. Só depois de adulta, na Educação, que comecei a atentar para as questões ambientais, porque a História tem tudo a ver com preservação ambiental”.

Junto com seus alunos, Roseli passou a trabalhar o sentimento de pertencimento do córrego junto à comunidade. “Fui pesquisando a história do rio e a maioria [dos registros] era de fonte oral. Então, a gente foi fazendo entrevistas, conversando com os moradores e começamos a conhecer a história do lugar. Não foram só os alunos que aprenderam, foi um conhecimento que construímos juntos. Dali, virou teatro e nos apresentamos em vários lugares”, lembra Roseli.

A partir daí, Roseli, seus alunos e a comunidade começaram a discutir alternativas ao conceito da simples canalização e a trabalhar pela revitalização do córrego.

Aquele ano acabou e, com ele, a iniciativa que estava sendo desenvolvida ficou adormecida por seis anos, até 2012, quan-

do Roseli integra o projeto As Escolas na Bacia: A História do Córrego do Capão na cultura local – uma parceria entre o Laboratório de Ensino e Pesquisa no Ensino de História da UFMG e o Projeto Manuelzão. Então, ela mergulhou cada vez mais fundo na luta pela preservação das águas da sua região. Em janeiro de 2013, a professora foi fundamental na criação do Núcleo Manuelzão do Capão, que hoje coordena.

Quando perguntada sobre os motivos que fizeram com que ela continuasse com o trabalho, responde sem rodeios: “Parece que vicia né? Eu sinto uma responsabilidade de fazer isso”.

A LUTA DE UMA GUERREIRA

Hoje, no Núcleo do Capão, Roseli luta pela criação do Parque do Capão, uma área de 16 mil m², com diversas nascentes desprotegidas devido à ausência de um decreto municipal de implantação. Ela se dedica a ações como a criação de uma horta comunitária, a limpeza das margens do curso d’água, o plantio de árvores nativas, além do incentivo a intervenções culturais por onde o córrego passa.

O Núcleo tem trabalhado com o objetivo de fortalecer a relação da comunidade com o território e também de valorizar a memória do Capão. Um dos maiores desafios é fazer com que a comunidade perceba o Capão como parte integrante de uma bacia maior, que precisa ser valorizado, ao invés de apenas desaparecer sob o asfalto.

Para Roseli, a luta e a educação ambiental são construídas aos poucos. “A gente trabalha com a ideia de perseverança. Vimos perseverando e hoje essa ideia se multiplicou em outras escolas. São passos de formiguinha, as pessoas trabalham com a gente sem remuneração, porque gostam e se preocupam. Isso é cidadania” finaliza.

Imagens: arquivo pessoal



A professora Roseli em plantio de mudas nas margens do Capão.

COMO MOBILIZAR E SE COMUNICAR COM ATINGIDOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

ANGELA DA SILVA GOMES¹

MÁRCIA R. MARQUES²

CARLOS EDUARDO REINALDO GIMENES³

FERNANDA MÁRCIA CARLOS DE OLIVEIRA⁴

MARILDA QUINTINO MAGALHÃES⁵

TALITA LESSA MELO⁶

Este artigo reflete sobre o papel da mobilização social para a efetivação de políticas participativas na área ambiental. Para isso, usa o exemplo do trabalho desenvolvido pelo Instituto Guaicuy no processo de reparação integral dos danos sofridos em função do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, Brumadinho, em 2019. As áreas de atuação correspondem a 11 municípios que se encontram a cerca de 300 quilômetros do rompimento, no vale do rio Paraopeba. As referências foram os trabalhos participativos desenvolvidos pelo Projeto Manuelzão.

A Constituição Federal assegura o direito de participação na gestão pública, através dos conselhos, conferências, audiências e consultas públicas. Na área ambiental, esse conceito acabou se incorporando por meio dos conselhos e comissões que vão da instância municipal à nacional.

No contexto do rompimento, a participação social precisa contar com pessoas atingidas pelo desastre-crime - para além de nomes em uma lista de presença de um evento em que as principais interessadas são mais plateia do que protagonistas. Para que o processo de reparação alcance o povo, a mobilização social se apresenta como forma de ação, contribuindo como elo entre indivíduos, suas demandas e a construção de soluções conjuntas.

O Guaicuy tem entre seus objetivos “fortalecer o envolvimento e a mobilização das pessoas e das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem, na construção popular de formas, metodologias e estruturas necessárias, garantindo o respeito à diver-



sidade e às particularidades sociais e singulares das localidades”. Nessa tarefa, cabe aos mobilizadores sociais o papel de aproximar pessoas, mediar, trocar informações e experiências em um diálogo aberto e franco que valorize os saberes locais, estimule o trabalho coletivo e a participação social.

Participar é tomar parte das decisões e ter parte dos resultados. Muitos são os casos em que empresas constroem espaços verticais de participação e nesses contextos os atingidos são silenciados nas decisões finais. Entende-se que construção de espaços de participação requer mudanças e enfrentamento de paradigmas.

As metodologias participativas trilham inúmeros campos da ciência e tem por base a “democratização de saberes e poderes”, onde se insere a educação popular. É o caso do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), uma pesquisa-ação que possibilita a tomada de consciência, tanto da comunidade como da entidade que o está realizando, sobre aspectos da realidade socioeconômica, política e cultural; promove um diálogo de saberes, coleta dados de forma democrática; e contribui para dar maior poder de decisão à comunidade.

A pandemia da covid-19 impôs uma mudança radical na relação entre as pessoas e consequentemente nos processos de mobilização e participação social. Os desafios incluem compreender que a mobilização realizada à distância não atende um setor da população que, por motivos financeiros, não possuem acesso à internet ou cobertura telefônica.

¹Coordenação de Metodologias Participativas - ATI Paraopeba - 2020

²Coordenação de Mobilização Social - ATI Paraopeba - 2020

³Equipe de Mobilização Social e Metodologias Participativas - ATI Paraopeba - 2020

⁴Equipe de Mobilização Social e Metodologias Participativas - ATI Paraopeba - 2020

⁵Equipe de Mobilização Social e Metodologias Participativas - ATI Paraopeba - 2020

⁶Equipe de Mobilização Social e Metodologias Participativas - ATI Paraopeba - 2020



Reunião virtual com pessoas atingidas.



Quadro do diagnóstico rápido participativo

Como citado por Guimarães Rosa, “Sapo não pula por boniteza, mas porém por precisão”. Os modos de mobilização para a participação social tiveram que ser reinventados, adaptados, em uma reação na qual as pessoas atingidas também foram protagonistas da ação. Trabalhar o DRP durante a pandemia, que impossibilitava a participação presencial, foi desafiador e demandou o ensino e aprendizagem sobre ferramentas de reuniões online. Mas as pessoas foram se empoderando e se tornaram sujeitos, atores e diretores desses cenários, transformando esses espaços em redes de resistência.

Foi ampliado ainda o uso das redes sociais, valorizando cada pequeno encontro realizado. Ao invés de longos textos, foram produzidos áudios e vídeos para uma escuta mais humanizada. Os grandes encontros foram substituídos por visitas nas varandas das casas e as ligações que antes eram para convidar, hoje servem também para informar, escutar e aprender. As primeiras reuniões foram totalmente virtuais e, depois, foram possíveis visitas dos mobilizadores em campo, com todas as precauções para a realização de reuniões com poucas pessoas, com o uso obrigatório de equipamentos de segurança sanitária. Para isso, houve uma articulação entre equipes de mobilização, comunicação popular, saúde e logística.

Utilizamos ainda formas de facilitação visual, através de desenhos e outros elementos gráficos, adaptando virtualmente ferramentas já utilizadas em campo como técnicas do DRP: histogramas e calendário sazonal, por exemplo.

Na adaptação virtual do calendário sazonal, o mediador da reunião perguntava aos participantes como era a sua vida antes e após o rompimento ao longo do ano. De um lado do histograma, eram colocados desenhos relacionados ao que eles relatavam que tinham, o que faziam e qual eram suas relações com o rio antes do rompimento da barragem. Do outro lado, eram colocados desenhos que representavam o que deixaram de fazer, como a vida mudou, como suas relações produtivas foram alteradas e o que não podiam fazer após o rompimento. Sempre com muitas cores. Pos-

teriormente, era compartilhado o resultado com os participantes da reunião e ficava visível um entendimento imediato da dimensão dos danos que muitas vezes nem eles próprios tinham.

No momento atual, as tecnologias e redes sociais digitais são imprescindíveis para que a mobilização e a participação das pessoas atingidas sejam possíveis. Nelas, foram criadas redes de relacionamentos, que iam além de mensagens de Whatsapp. Foram usados grupos específicos para cada núcleo e segmento e gravadas “pílulas de comunicação”, ou seja, áudios e vídeos de pequena duração, com linguagem simples para a transmissão de conteúdos técnicos, principalmente nas áreas de direito, questões ambientais, saúde e acolhimento psicossocial.

As adaptações foram frutíferas. Mesmo à distância, os vínculos entre as pessoas atingidas e a equipe Guaicuy se intensificaram. O forte interesse das pessoas atingidas de participarem, não apenas como receptoras de informação, mas agentes de transformação, fez delas próprias mobilizadoras e comunicadoras no território, na busca pela reparação integral pela ação criminosa da Vale.

BIBLIOGRAFIA

GANDIN, Danilo. A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade. Instituto Latino-americano de Planejamento Participativo Porto Alegre, Brasil Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.81-95, Jan/Jun 2001.

SOGLIO, Fábio Kessler Dal. Princípios e Aplicações da Pesquisa Participativa em Agroecologia. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017.

ROSA, Guimarães. A hora de a vez de Augusto Matraga. RJ: Ed. Global, 2019.



“ABRINDO A PORTEIRA PARA A BOIADA PASSAR”

Projeto de lei no Congresso desmonta o licenciamento ambiental no Brasil

FERDINANDO SILVA

A Lei Geral do Licenciamento Ambiental, como é conhecido o Projeto de Lei (PL) 3729, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, em meados de maio, por 300 votos favoráveis a 122 contrários. Disfarçado na busca pela “desburocratização e agilização de procedimentos”, o projeto diminui funções regulatórias do Estado e dá carta branca à iniciativa privada para atestar e supervisionar o impacto ambiental atrelado em grande parte de suas atividades.

Essa é a avaliação de especialistas sobre o PL, aprovado em regime de urgência, sem debates com a sociedade e que segue para apreciação do Senado. Na prática, ele pode resultar na destruição do licenciamento ambiental como o conhecemos.

O licenciamento foi introduzido pela Política Nacional do Meio Ambiente, em

1981, e é exigido para atividades que possam causar impacto a cursos e reservatórios d’água, mares, solo, subsolo, fauna, flora e os elementos da biosfera. É obrigatório para as barragens de rejeitos, rodovias, prédios residenciais, empreendimentos agrícolas, entre outros, e tem por objetivo garantir a preservação dos recursos naturais e da qualidade de vida da população.

O PL 3729, contudo, cristaliza uma cultura político-econômica, que compreende o licenciamento ambiental como formalidade protocolar e não como um conjunto de mecanismos extremamente necessários para avaliar ganhos e perdas envolvidos em um empreendimento, proteger as fontes naturais para o desenvolvimento sustentável e garantir a participação da sociedade civil nas discussões.

O QUE VEM PELA FRENTE?

Articulado sobretudo pela Frente Parlamentar da Agropecuária, o PL 3729 dispensa o licenciamento, logo de cara, para 13 tipos de atividades, como obras dos sistemas de tratamento de água e de esgoto sanitário – de largo impacto nos bens hídricos – e obras de manutenção de infraestrutura em instalações preexistentes, como estradas.

Os critérios são descabidos.

O texto prevê que a pecuária extensiva e semi-intensiva, que utiliza técnicas tradicionais, de qualquer porte, está dispensada de autorização. Já a pecuária intensiva, definida pelo confinamento

e a utilização de insumos e fertilizantes de alta performance, não precisará de licença até seu médio porte.

Estariam dispensados da licença, por exemplo, na avicultura, criações entre 150 mil e 300 mil cabeças.

Atividades e obras consideradas de baixo e médio risco ambiental (até o nível 4 de uma escala que vai até 6), inclusive mineração, poderão ser alvo de Licença por Adesão e Compromisso (LAC), uma espécie de licença autodeclaratória, concedida automaticamente, que afasta a necessidade de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de qualquer intervenção de órgãos ambientais.

ALERTA ACESSO

Entre os diversos problemas do texto final, o advogado do Instituto Guaicuy, Pedro Andrade, aponta a renovação automática de licenças por mera autodeclaração, entre outras flexibilizações das exigências dos EIAs, dos prazos dos órgãos licenciados, da Política Nacional de Recursos Hídricos e das normas relativas a povos tradicionais.

Ao criar diretrizes para licenciar a extração de recursos em unidades de conservação e em terras indígenas, quilombolas etc., o PL parece legitimar a ideia de se permitir exploração nessas condições.

Outro ponto do projeto que pode ter implicações catastróficas é a liberação de empreendimentos na zona de amortecimento (ZA) de unidades de conservação (UCs) ambiental, isto é, a faixa em torno da UC que garante sua proteção integral.

Na região do Quadrilátero Ferrífero, por exemplo, a proteção das ZAs barra explorações predatórias nas serras do Rola-Moça, da Moeda, do Gandarela, entre muitas outras importantes reservas de biodiversidade e de mananciais cristalinos.

FISCALIZAÇÃO DEFICIENTE

Para o jornalista e ambientalista Gustavo Gazzinelli, que por anos atuou em câmaras técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a ideia de desburocratizar procedimentos é bem-vinda quando não coloca na mira o interesse coletivo.

Da forma que está sendo conduzida, entretanto, a proposta confia em demasia no empreendedor, sem aumentar, na mesma medida das dispensas, as estruturas e o poder de fiscalização do Estado.

“Supõe-se que todo empreendedor é bem-intencionado e que o Estado tem uma estrutura de monitoramento eficiente. Atu-

ando quase como sócio das empresas, o Estado aumenta o poder e as responsabilidades destas, sem aumentar sua capacidade, já deficitária, de fiscalização. Como evidenciaram os rompimentos de barragens, mesmo estados como Minas Gerais atualmente não têm capilaridade e corpos técnicos necessários para fazer a fiscalização, nem terão amanhã”, avalia Gazzinelli.

EFETOS PARA A MINERAÇÃO

Caso seja aprovado sem alterações, o PL afastará dos órgãos estaduais o poder de licenciar e fiscalizar seus empreendimentos. Aqueles de grande porte deverão ser fiscalizados por um órgão federal, como o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), em Brasília, distante da realidade dos estados. No caso do disciplinamento do uso de recursos naturais no subsolo, a autorização deve ser da ANM (Agência Nacional de Mineração).

“O projeto está abrindo uma porteira perigosa para que a gestão ambiental, na mineração, venha a ser subsumida pelo próprio setor”, comenta Gazzinelli em referência à ANM. “A fiscalização e a autorização da exploração minerária têm que ser do estado, centralizar em Brasília não pode ser aceito. Além de criar grande ingerência, torna muito mais difícil a interferência das populações interessadas e da sociedade civil nas decisões”, completa.

Outra destruição de um dos princípios fundamentais no licenciamento, na avaliação de Gazzinelli, é a diminuição do papel das condicionantes ambientais e sociais, sobretudo no caso da mineração, atividade sempre de grande impacto. As condicionantes são medidas ditadas pelos órgãos ambientais, que devem ser cumpridas para

a instalação de um empreendimento.

A compensação social foi eliminada. Isso desconsidera os impactos decorrentes, por exemplo, do aumento populacional vertiginoso em torno de empreendimentos. É o caso da instalação da mineradora Anglo American em Conceição do Mato Dentro (MG) que, após a chegada de cerca de 8 mil trabalhadores, levou a cidade a um rápido déficit em assistência social.

A compensação ambiental também fica em risco, ao permitir que, apenas 30 dias após a emissão da licença, as empresas já possam pedir a revisão das condicionantes. “Todas as promessas feitas no início do licenciamento podem rapidamente ir pelo ralo. Muito se fala na ‘segurança jurídica’ empresarial, mas e a segurança jurídica da sociedade civil?”, questiona o jornalista.

E AGORA?

A possível aprovação do PL exigirá mobilização da sociedade civil para mapear as importantes reservas ambientais do estado, avalia Gazzinelli. Esse esforço, precisa ser público – não governamental –, com participação ativa da comunidade científica, de técnicos, ambientalistas e das comunidades.

“Conhecer o balanço ambiental dos territórios é fundamental para que se tenha uma definição clara das áreas onde pode ter exploração e onde não pode, como as com águas puras, reservas de cangas ferruginosas, ecossistemas com bons indicadores ambientais etc.”, argumenta.

O PL segue para o Senado. “Esperamos que a casa ouça a sociedade. Se o caso é passar o trator por cima, é só repetir o que fizeram na Câmara”, conclui Gazzinelli.





INSEGURANÇA ALIMENTAR:

SITUAÇÃO ATUAL, RETROCESSOS E ENFRENTAMENTOS

PEDRO AGUIAR

Cresce em todo o Brasil, de maneira mais expressiva a partir de 2017, mas sobretudo nos últimos meses, o debate e o problema da insegurança alimentar e o retorno da fome no país. Com uma área cultivada impressionante de cerca de 66 milhões de hectares, segundo dados da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o pujante “agronegócio” se destaca em bater recordes na safra de grãos a cada ano e argumenta ser um dos principais produtores de alimentos do mundo.

Ironicamente, o país possui uma população que a cada dia enfrenta maiores dificuldades de acesso a alimentos, sobretudo a alimentos saudáveis. Ter a pretensão de alimentar a população do mundo, mas não ser capaz de alimentar com plenitude a sua própria população, mesmo com tanta terra agricultável, mesmo com tanta pungência, tecnologia e robustez, indica que algo nessa conta, como diz a expressão popular, “não está batendo”.

O assunto é complexo e de múltiplas variáveis, porém, para que possamos compreender melhor todo o contexto do que estamos vivendo, precisamos entender também alguns pontos que nos foram impostos e condicionados historicamente e

que estão para além do momento atual. Em uma retrospectiva histórica, retomaremos como se deu a ocupação e desenvolvimento social e político do Brasil.

Nossa organização socioeconômica funcionou por muitos anos no sentido de cumprirmos nosso papel de colônia, produzindo açúcar e outras poucas mercadorias em grande volume para Portugal. O modelo fundiário não muda no Brasil Império, mesmo com a promulgação da Lei de Terras. Posteriormente, com a República, a estrutura da aristocracia rural e seu domínio permanecem. Em 1964, a esperança de acesso à terra reaparece com a criação do Estatuto da Terra, porém, outra vez, não viabiliza ao povo a terra.

A última e mais forte esperança veio com a Constituição de 88, que determina a função social da terra e garante a reforma agrária como mecanismo para democratizar a terra e contornar as consequências sociais do latifúndio: pouca gente com muita terra, muita gente sem terra e muita terra sem gente. O resultante disso: uma lacuna gigantesca em mensurar e planejar uma política adequada de produção de alimentos e, sobretudo, uma falha ainda maior em organizar uma política concreta de abastecimento e acesso a alimentos por toda a população.



Já em um passado mais recente, grandes lutadores contra a fome e as desigualdades no Brasil como Josué de Castro, Herbert de Souza, o Betinho, Zilda Arns, entre tantos outros, avançaram e contribuíram para alcançarmos a criação do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

A partir de 2003 o Consea teve seu pleno funcionamento e foi uma expressiva amostra da importância e da eficácia democrática dos conselhos de participação social previstos na Constituição. É um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), que visa sobretudo garantir a Segurança Alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada da população. Foi através da participação do povo no Consea que o Brasil pôde ouvir e compreender as reais necessidades e as ações estratégicas para vencer a insegurança alimentar e a fome.

Com o avanço das políticas sociais e dos programas de governo orientados e com participação do Consea, como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a criação de restaurantes populares, o Brasil avançou como nunca para viabilizar a segurança alimentar da sua população, a ponto de alcançar, em 2014, talvez a maior de suas atuais conquistas históricas: a saída do país do mapa da fome (infelizmente uma conquista ainda pouco valorizada e repercutida dada a potência de sua envergadura). A própria FAO (Organização Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) destaca alguns fatores que foram fundamentais para alcançar esse sucesso: aumento da renda dos mais pobres com crescimento do salário mínimo e geração de 21 milhões de empregos; programa de Acesso à Renda, refeição adequada para crianças e adolescentes nas escolas, governança, transparência e participação da sociedade com a recriação do Consea.

Infelizmente, todas essas conquistas começaram a ser desmontadas, a partir de 2017, com elevados cortes orçamentários para programas sociais, a emenda consti-



Foto: Eduardo Botelho/Flickr

A pandemia de covid-19 potencializou de modo avassalador a insegurança alimentar dos brasileiros.

tucional do teto dos gastos, o travamento do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para aquisição de terras para a reforma agrária etc. Vale destacar que o primeiro ato do atual presidente, em 1º de janeiro de 2019, foi a Medida Provisória 870, que extinguiu o Consea e, com ele, toda sua rede e estrutura. O governo de Minas Gerais tentou seguir o mesmo caminho, porém, após encontrar forte resistência da sociedade civil, o Consea-MG se manteve atuando e cumprindo um papel fundamental neste grave momento de crise e forte insegurança alimentar.

A crise sanitária da pandemia de covid-19 potencializou de modo avassalador a insegurança alimentar dos brasileiros, sobretudo os mais pobres. Fatores como a maior pressão dos atravessadores, a quem os agricultores familiares negociam suas produções, as restrições do transporte e logística, a dificuldade de manter a produção, a crescente dificuldade da comercialização, e, principalmente, a falta de apoio e de políticas públicas para garantir produção, acesso e abastecimento, somados ao isolamento social e às elevadas demissões, colocaram as famílias em complicadas condições de acesso dos seus alimentos – motivo que torna ainda mais expressiva a necessidade de um auxílio emergencial digno e adequado.

Apesar de tantos retrocessos e obstáculos, há muito a se fazer para enfrentar o problema, e o fio condutor dessas possibilidades passa justamente pelo engajamento e a participação social. Em

nível das estruturas de poder, por exemplo, tivemos uma proposta do legislativo federal, estimulada pelas organizações populares, a lei nomeada Assis Carvalho e agora a proposta da lei Assis Carvalho II, que dispõem sobre medidas emergenciais de amparo a agricultores familiares para mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia.

Essa estratégia visa viabilizar condições de produção adequadas e, ao mesmo tempo, a venda com valores acessíveis para a população, uma vez que os principais alimentos que chegam na mesa do brasileiro vêm da Agricultura Familiar e não das grandes commodities. Além das estruturas institucionais oficiais, existem também várias iniciativas da sociedade civil, como coletivos e movimentos sociais, organizando doações de alimentos e cestas agroecológicas, grupos de compra direta de agricultores familiares, apadrinhamento de cestas agroecológicas para famílias carentes, fortalecimento de feiras livres, entre tantas outras ações.

Por todos esses motivos, é necessário reforçar o grito de luta do povo que reflete a realidade sobre o consumo de alimentos no Brasil, sobretudo na atual conjuntura de crise pandêmica, política e social: comer é um ato político! Contribuir para o acesso de terceiros ao alimento saudável é fortalecer a democracia, a justiça social e a dignidade à população da cidade, do campo, das águas e das florestas. “Comida de verdade, no campo e na cidade!”



A MATA DO HAVAÍ PRECISA SER PRESERVADA

Empreendimento havia recebido autorização municipal para ser erguido em área de proteção ambiental segundo o Plano Diretor, mas foi embargado após ação pública movida pelo Instituto Guaicuy.

CAMILA BASTOS

Sem audiência ou consulta pública, da noite para o dia, a comunidade foi surpreendida pelo barulho de motosserra destruindo parte da Mata do Havaí, que existia na capital mineira há décadas.

A comunidade local tomou conhecimento que havia sido concedida, pela prefeitura, uma licença ambiental para a construção de um condomínio com oito torres residenciais em um dos últimos refúgios verdes da região Oeste de Belo Horizonte e a supressão de quase mil árvores — entre elas espécies protegidas, como Ipês.

A partir do contato com a comunidade, o Instituto Guaicuy-Projeto Manuelzão, entendendo a gravidade da situação e os danos que poderiam ser causados, entrou com uma ação civil pública (ACP) e conseguiu uma suspensão judicial do empreendimento na justiça. Mais do que um embate sobre determinado território, o impasse levanta reflexões sobre o modelo de cidade que queremos, enquanto o cinza e a impermeabilização avançam sobre as áreas verdes urbanas.

Para Rodrigo Lemos, doutor em geografia e assessor do Instituto Guaicuy, conseguir a preservação da área é uma vitória significativa para apontarmos os caminhos da cidade em que queremos viver “A principal questão é que o verde está segregado, escondido dentro da metrópole. A gente tem que construir espaços de encontro a partir do verde dentro da cidade, isso significa pensar políticas sensíveis às dimensões ambientais. A cidade é feita para que as pessoas estejam ali com qualidade de vida. É sempre uma vitória conseguir reafirmar o verde frente ao cinza dentro da cidade”.

Os dados mais recentes disponibilizados pela Superintendência de Geoprocessamento Corporativo de Belo Horizonte mostram



Mobilização de moradores do entorno.

que a mancha urbana de Belo Horizonte correspondia, em 2018, a 86% de todo o território do município. Em pouco mais de uma década (entre 2007 e 2018), essa mesma mancha aumentou cerca de 6%, passando de 269,67 km² para 285,1 km². Antes disso, entre 1999 e 2007 a mancha urbana também já havia crescido 5%.

Entenda o caso Na Mata do Havaí, o empreendimento seria construído em 12 mil m² de uma área classificado como PA-1 (preservação ambiental máxima), segundo o atual Plano Diretor de Belo Horizonte, o que significa que ela não poderia acolher a construção desse empreendimento. A presença de nascentes e a vegetação remanescente de Mata Atlântica foram apontadas pelo Instituto Guaicuy e pelo Ministério Público de Minas Gerais como limitantes ao proposto, o que resultou na suspensão da continuidade da obra no dia 15 de junho.

A Mata da Represa, ou Mata do Havaí, se expande por aproximadamente 30 mil m^a, em um dos últimos refúgios verdes da capital mineira. A riqueza da flora permitiu a existência de uma rica biodiversidade, principalmente de aves como tucanos, bem-te-vis e outros.

“Nossa região vem sofrendo uma verticalização avassaladora nos últimos anos. Então, nós entendemos que essa mata precisa ser preservada. Aquilo ali é Mata Atlântica, é abrigo de animais silvestres, é abrigo de nascentes. Qualquer intervenção naquela área vai prejudicar de forma permanente o meio ambiente”, reflete Neide Pacheco, moradora da região e ativista do SOS Mata do Havaí.

Um outro aspecto importante diz respeito à drenagem urbana, pois a Mata do Havaí permite o armazenamento das águas de chuva, funcionando como uma esponja que acumula água e evita enchentes e alagamentos na região do Cercadinho. Além disso, funciona como um grande pulmão melhorando a qualidade do ar nos bairros do entorno. Para que ela possa ser de fato, integrada à comunidade, o SOS Mata do Havaí defende a criação de um parque de uso comunitário, além do reflorestamento das árvores que já haviam sido derrubadas - cerca de 400, segundo o movimento.

Nas últimas três décadas, Neide tem a mata como parte do seu dia a dia e um sentimento de pertencimento da comunidade a ela. “Não vamos abrir mão de que essa área se transforme em um parque para uso comunitário. Vai ser nossa agenda permanente até a vitória final”, declara.

Que cidade queremos viver?

Responder a essa pergunta é o principal desafio do Plano Diretor de um município. “O Plano Diretor Municipal, como umas das principais formas de regulamentação das formas urbanas é fundamental porque ele é, antes de tudo, uma pactuação do que se quer construir para a cidade. Mais do que as tipologias do que é permitido, ou não, é importante que a sociedade trace trajetões de onde se quer chegar com a cidade”, aponta Rodrigo Lemos.

O pesquisador ainda explica que isso significa restringir certos tipos de ocupação e de padrões de ocupação, além de entender que, às vezes, certas áreas podem demandar maior permeabilidade do solo por suas fragilidades ou priorida-

des sociais. No caso de Belo Horizonte, o Plano Diretor foi atualizado em fevereiro do ano passado e é visto com bons olhos pelos especialistas. Entretanto, Lemos destaca que o maior desafio está na operacionalização dos critérios e ferramentas previstas no Plano.

Manter a permeabilidade do solo como a Mata do Havaí é o melhor caminho para todos pois garante a drenagem da água, a manutenção de área verde e de biodiversidade, a proteção de nascentes, a purificação do ar, e evita-se a construção de piscinões contra as inundações.

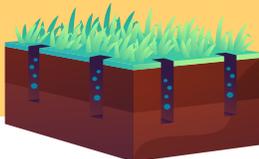
Entre diversas regulamentações de uso e ocupação do solo, o documento da capital mineira aponta diferentes três tipos de áreas de preservação e proteção ambiental: PA-1, PA-2 e PA-3. O tipo de zoneamento PA-1, como a Mata do Havaí, é o de maior graduação de proteção ambiental.

O QUE ACONTECE QUANDO UMA ÁREA VERDE É IMPERMEABILIZADA.

Independente da extensão da área desmatada, a impermeabilização altera todo o ciclo hidrológico. Muitas vezes, as intervenções em várias pequenas áreas podem acabar por gerar mudanças significativas nas dinâmicas das águas.

1) Em coberturas naturais, parte das águas que vem das chuvas tem destinos razoavelmente proporcionais:

- Uma porção infiltra no solo
- Outra fica retida na copa das árvores e posteriormente evapora
- Uma parte é absorvida pela vegetação,
- Um pouco dessa água fica retida em pequenos obstáculos no solo (como pequenas pedras)
- O restante escoar



2) Quando uma área é desmatada e impermeabilizada, a principal consequência direta para o ciclo das águas é o aumento expressivo da quantidade de água que parte para o escoamento superficial.



3) Uma maior quantidade de água escoando demanda mais das estruturas de drenagem. Isso pode gerar consequências como enchentes e inundações.



Você sabia que enchente e inundação são conceitos diferentes? A enchente, ou cheia, é um movimento natural de transbordamento do rio além da sua vazão e não necessariamente causa danos. Por outro lado, a inundação acontece quando a água vai para além do leito do curso d'água.





ROLA-MOÇA RESISTE

Após mobilização de moradores contra caminhões carregados de minério em estradas da unidade de conservação, Justiça volta atrás e rechaça mineradora

FERDINANDO SILVA

Instituído por lei em 1994, o parque está na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). É lar de abundante biodiversidade de fauna e flora e de seis mananciais que abastecem a RMBH. Abrange Brumadinho, Nova Lima, Ibirité e Belo Horizonte.

Ameaçado pela permissividade do Estado e da Justiça, o **Parque Estadual da Serra do Rola-Moça** precisou da mobilização dos moradores de seu entorno para ter sua proteção garantida. Após protestos quase diários, incluindo o enfrentamento direto da comunidade dos caminhões da mineradora, a Justiça Federal cassou, em maio, uma liminar que permitia atividades da Mineração Geral do Brasil (MBG) na **zona de amortecimento** do parque.

Faixa de proteção ao redor da unidade de conservação.

“Não fossem as pessoas de carne e osso, que estiveram atentas, se mobilizaram e foram corajosas para intervir, a mineradora certamente continuaria cometendo seus abusos”, refletem Vera Baumfeld e Gabriela Rosa, do movimento Rola-Moça Resiste, criado em conjunto com outros moradores da região.

A liminar cassada permitia atividades de descomissionamento, isto é, o desmonte de uma barragem de rejeitos, na mina de Casa Branca, pela MBG. A mineradora, contudo, se valia da permissão para as obras de descomissionamento para explorar ilegalmente a área, o que foi denunciado à Polícia Ambiental, ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e ao MP Federal (MPF).

Máquinas eram vistas operando à luz do dia no terreno e caminhões carregados de material terroso passaram a transitar intensamente nas estradas do parque, colocando em risco a vida das pessoas que transitavam em veículos de passeio.

AS PONTAS SOLTAS

A MGB tenta, há alguns anos, reativar a mina de Casa Branca, que fica na zona de amortecimento do parque. As antigas operações da Extrativa Paraopeba foram paralisadas pela Justiça há 20 anos e deixaram uma cratera como marca na paisagem. A empresa abandonou a mina sem ter recuperado a área; a MGB arrendou sua concessão.

Para associações ambientais, a autorização foi concedida sem que o juiz conhecesse a situação. O MPMG, ainda em 2001, entrou com uma ação para a resolução do passivo, incluindo o descomissionamento de duas barragens.

Soma dos danos ao meio ambiente causados por empresas e, proporcionalmente, das obrigações para repará-los.



Imagem: Samuel Macedo / Rola Moça Resiste

Moradores enfrentaram caminhões da MGB em protestos.



Imagem: Samuel Macedo / Rola Moça Resiste



Imagem: Ilana Lansky

Área da MBG na Serra do Rola-Moça.

Detentora da lavra e responsável pelo passivo, a MGB usa a recorrente desculpa do setor de que é necessário minerar novamente para viabilizar a recuperação ambiental.

O projeto da empresa seria de extrair, em seis anos, 17 milhões de toneladas de minério, com a construção de estradas dentro do parque para o tráfego de caminhões. Além da poluição atmosférica, sonora e hídrica o projeto previa ainda a supressão de 3 hectares de mata.

O pedido contraria a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que proíbe qualquer tipo de atividade que faça o uso direto de recursos ou estruturas dessas áreas.

A PRIMEIRA INVESTIDA

A MGB deu início, em 2016, ao processo de licenciamento na Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram), instância técnica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

Em setembro de 2018, a Supram apontou que os estudos apresentados pela MGB eram insuficientes e emitiu parecer contrário à licença. Dois meses depois, o MPMG emitiu uma recomendação ao Instituto Estadual de Floresta (IEF), responsável pelos parques estaduais, para que não concedesse a anuência ao projeto.

A apenas sete quilômetros de outras duas minas contíguas da Vale, a do Córrego do Feijão e a da Jangada, os vizinhos da Serra do Rola-Moça, no início de 2019, viram de perto as cenas de horror do rompimento em Feijão, em Brumadinho. Todo o trânsito de salvamento passou pelo parque.

Mesmo assim, em maio de 2019, a Prefeitura de Brumadinho mostrou-se a favor das atividades da MGB.

A VOLTA

Pesavam contra a proposta da MGB o parecer da Supram, a recomendação do MPMG, a não anuência do IEF e uma ação civil pública, movida pelo Instituto Guaicuy e pelo Eco-

logia e Observação de Aves (Ecoavis).

Entretanto, a Câmara de Atividades Minerárias (CMI), vinculada ao Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) - a instância política da Semad -, contrariando a instância técnica, colocou o projeto da MGB na pauta da reunião de 25 de setembro de 2020. Com o pedido de vista de parte dos conselheiros nessa reunião, a possível votação estava prevista para 27 de outubro, próximo encontro do Copam.

“Nesse momento, o Rola-Moça Resiste botou o bloco na rua. Marcamos a primeira manifestação para o dia 25, uma semana após a criação de um grupo no Whatsapp para organizar as ações”, lembram Vera e Gabriela.

A PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO

Era uma manhã de domingo, chuvosa e de muita neblina. Alegando falta de segurança em razão do mau tempo, o prefeito de Brumadinho quis impedir a manifestação, mas não adiantou: cerca de 200 pessoas, determinadas diante da ameaça iminente, saíram em carreta da praça de Casa Branca com destino ao Mirante dos Veados. “Nos sentíamos invadidos diante da ilegalidade da extração predatória de minério dentro de uma área proteção integral, o que não podíamos aceitar”, afirma Gabriela.

Um dia depois, uma juíza de direito retirou da pauta da reunião do Copam, por meio de liminar, o projeto da MGB.

A AFRONTA

Novas manifestações aconteceram em 2021. O estado de alerta não podia ser desfeito. Em janeiro, moradores perceberam a movimentação de máquinas e caminhões no terreno da MGB e acionaram a Polícia Ambiental que, no entanto, não soube avaliar o teor das atividades e informou que voltaria com técnicos da Supram e membros da comunidade.

Um representante da MGB apresentou, então, uma liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), obtida em agosto

de 2020, para obras em uma barragem, com instabilidade atestada pela Agência Nacional de Mineração (ANM), ainda que técnicos da agência não tenham ido local.

O gabinete da deputada federal Áurea Carolina (PSOL) deu apoio à luta e marcou reuniões na Câmara e com a Advocacia-Geral da União (AGU). Com isso, manifestaram-se conjuntamente o MPMG e o MPF para apontar ao TRF1 que a liminar concedida, além de desconhecer a realidade local, estava servindo para exploração ilegal.

A atividade das máquinas e as pilhas de minério se acumulando no terreno da MGB eram diariamente registradas pelos moradores.

Em abril, sem qualquer autorização, caminhões carregados de minério começaram a passar a cada 5 minutos nas estradas do parque – estreitas, sem acostamento e com fortes aclives.

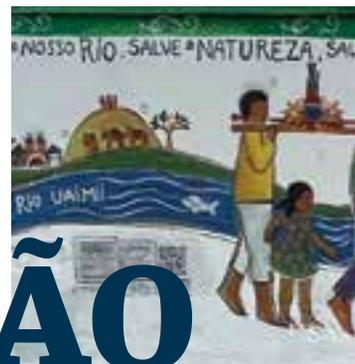
Os moradores filmaram e mandaram para a imprensa, o MPMG, o MPF e até para o TRF1. Protestos quase diários se seguiram, até que o juiz federal Ricardo Rabelo voltou atrás e revogou a liminar que tinha concedido à MGB, rechaçando as atividades da mineradora.

A LUTA CONTINUA

“É absurdo termos que instar o Estado e a Justiça a cumprirem seus papéis. A defesa da sociedade tinha que partir deles, não o contrário”, refletem Gabriela e Vera. “Temos certeza de que estamos do lado certo nessa história. Isso nos fortalece muito para as batalhas que virão”, afirmam.

“Continuaremos mobilizados e preparados para os próximos passos, lutando para que a lei seja cumprida e que, de uma vez por todas, não haja mineração dentro do parque. Sou uma otimista, apesar da luta ser grande, tenho visto várias pequenas vitórias. Creio que, unidos, podemos barrar projetos aviltantes e ilegais. Quero acreditar nisso”, conclui Vera.

A ARTE PELA PRESERVAÇÃO DAS ÁGUAS



Projeto Miradas de Afeto valoriza e reimagina espaços em Minas Gerais

ISADORA OLIVEIRA

A busca para resgatar o zelo dos moradores pelos interesses comunitários vem de um trabalho de anos da professora, escritora, ilustradora e artista social Anna Göbel. A artista idealizou o Miradas de Afeto, projeto que promove a revitalização de muros e fachadas a partir da pintura de elementos lúdicos e coloridos, vinculados à memória afetiva de cada local visitado.

O Miradas realizou intervenções nas cidades mineiras de Belo Horizonte, Sabará, Raposos, Nova Lima, Ouro Preto, Jaboticatubas e Ribeirão das Neves, banhadas pela bacia hidrográfica do rio das Velhas, além de Simonésia, Araçuaí, Minas Novas e Chapada do Norte. Seus eixos temáticos fazem referência aos quatro elementos da natureza, Fogo, Terra, Água e Ar.



Imagem: Miradas de Afeto

A artista Anna Göbel.



Mural em São Bartolomeu, distrito de Ouro Preto

Na visão de Anna, o artista tem um papel fundamental enquanto vetor de uma comunidade, “não preocupado com a obra em si, senão com o processo coletivo em torno dela”.

O projeto nasceu de um financiamento coletivo e foi contemplado pela Aldir Blanc, em fevereiro deste ano, quando iniciou suas atividades. Antes disso, a artista trabalhou por três anos em intervenções comunitárias. Uma delas, na Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte, deu origem ao minidocumentário *Beco a Beco*, disponível no Youtube da artista.

A iniciativa de recuperar áreas esquecidas e valorizar a autoestima das comunidades, para Anna, instiga um legado de revitalização e de estímulo para a própria população cuidar de seu espaço.

Após *Beco a Beco*, o Instituto Periférico passou a apoiar as ações, que também contam com a parceria de associações e entidades da sociedade civil, comerciantes, artistas e moradores locais. Em suas passagens pelas cidades, Anna retratou temas relevantes para as comunidades, suas histórias, tradições, desejos e sonhos.

Outro tema de grande importância para o Miradas é a ecologia, que perpassa dois dos eixos. O eixo fogo representa as manifestações artísticas e religiosas; ar, as brincadeiras infantis; terra, o cultivo sustentável; e água, a preservação das bacias hidrográficas. A escolha da bacia do rio das Velhas situa o rio como símbolo de fraternidade e lugar de consciência.

“O rio desperta essa consciência do todo. Porque atuar aqui, vai repercutir lá na frente, na visão global de como nós, enquanto indivíduos, podemos atuar para fazer a nossa parte”, aponta Anna.

Nos povoados históricos de Sabará, Raposos e São Bartolomeu, distrito de Ouro Preto, Anna retratou nos muros desde as populações indígenas, ao ciclo do ouro, as indústrias e vivências em torno do rio, “testemunha de toda essa história rica que temos”.

Em sua jornada pelo eixo água, a artista ressalta o bom exemplo de São Bartolomeu de convívio com suas águas. Lá, a mobilização social foi responsável pelo saneamento e revitalização de um trecho do rio, que tornou-se saudável novamente para o uso comum.

“As pinturas foram feitas em muros do centro das comunidades ou de escolas, o que foi bem interessante porque a escola representa o futuro, a possibilidade de nos regenerarmos. E o rio também representa essa força de regeneração, ele sempre volta a brotar límpido”, reflete Anna.

O eixo água do Miradas de Afeto teve o apoio do Projeto Manuelzão. O Miradas finalizou em junho suas atividades de 2021, deixando sementes para imaginarmos novas formas de progresso. Para Anna, fica a gratidão de ter conhecido tantas pessoas que colaboraram pelo bem comum.





MATA DO PLANALTO: VITÓRIA DO VERDE NA CIDADE

Mata do Planalto está perto de ter proteção integral garantida

Imagem: Movimento Salve a Mata do Planalto

FERDINANDO SILVA

A Mata do Planalto, um dos últimos resquícios de Mata Atlântica em Belo Horizonte, localizada no bairro de mesmo nome na Região Norte da capital, começa a ganhar a devida proteção legal, após 12 anos de incessante luta dos moradores de seu entorno. No início de junho, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) anunciou que está finalizando os procedimentos para realizar a permuta de imóveis que garantirá a mata como área pública.

Atualmente o terreno da mata é de propriedade da Direcional Engenharia, que pretendia usar parte da área para a construção de um residencial de grande porte, com centenas de apartamentos, garagem para veículos e área de lazer, o que condenaria ao progressivo desaparecimento de uma das únicas áreas verdes que restaram na capital.

Com 200 mil m², a Mata do Planalto é considerada de extrema importância ambiental não só para a região amplamente pavimentada e adensada onde está localizada, como para toda a bacia hidrográfica do ribeirão do Onça, uma das três bacias da capital. Na área da mata estão as nascentes do córrego Bacuraus, que deságua no Onça. Este, por sua vez, é um afluente da margem esquerda do rio das Velhas.

A enorme área verde é lar de mais de 20 nascentes, 60 espécies de aves, como tucano e beija-flor, além do mico-estrela, répteis variados, bem como flora composta por ipê amarelo, jacarandá-da-bahia, entre outras espécies ameaçadas de extinção. A mata tem enorme importância para purificar o ar, melhorar o microclima, amortecer ruídos e drenar águas pluviais da região.

Apesar da importância, o terreno era alvo da especulação imobiliária e sofria com o assédio de construtoras.

Há mais de uma década, os moradores da região organizaram o movimento Salve a Mata do Planalto e têm lutado pela preservação integral da área com ações na Justiça, manifestações, eventos

culturais, atividades com a Escola Municipal Lídia Angélica, reuniões, audiências públicas, entre outras atuações.

PARA NÃO VIRAR CONCRETO

A proteção integral da mata foi uma das promessas de campanha do prefeito Alexandre Kalil (PSD), que afirmou que a mata era intocável. Apesar disso, a preservação total da área verde ainda não estava assegurada. Isso porque no atual Plano Diretor da cidade, em vigor desde o início de 2020, a Mata do Planalto foi identificada como zona de Preservação Ambiental 1 (PA-1), que apesar de ser a maior garantia prevista na legislação municipal, permite construções em 30% do terreno.

Moradora do Planalto há mais de 50 anos, a jornalista aposentada Margareth Ferraz Trindade, liderança da Associação Comunitária do Planalto e do movimento Salve a Mata do Planalto, comemorou o anúncio da PBH que premia a luta incessante da comunidade.

“Não foi sorte, foi muita luta contra o poder econômico e falta de vontade política que imperou nos governos passados. Foram anos rodando na Defensoria e no Ministério Público. Enchíamos ônibus e íamos para as reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Comam) [marcado pela atuação em favor das construtoras no passado], sem ajuda financeira para uma faixa que fosse”, lembra Margareth.

“Tem horas que eu não acredito. 12 anos de luta é uma vida, você entra e não tem jeito de sair. A causa muito é importante não só para os moradores do Planalto, mas para as espécies que ali estão, as nascentes do córrego bacurau, para a cidade toda. Todos nós temos direito a uma cidade mais humanizada, as crianças tem direito a isso. Belo Horizonte não é mais a cidade jardim, é a cidade concreto. Essa luta, então, é para resgatar uma Belo Horizonte que é possível”, arremata.

RIO DAS VELHAS SE ESVAÍ CADA VEZ MAIS LENTO

Um alerta de emergência hídrica reforça um questionamento que ambientalistas fazem há anos, o que sacrificamos com nossas escolhas de gestão e consumo de água?

ISADORA OLIVEIRA

A história de trocas entre um dos principais rios de Minas Gerais, o Velhas, e os povoados de suas margens remonta há pelo menos 12 mil anos. Foi quando os contemporâneos do fóssil mais antigo da América Latina, encontrado em Pedro Leopoldo, e que pertenceu a uma mulher apelidada posteriormente como Luzia, usaram como abrigo as grutas da região próxima aos atuais limites de Confins e Lagoa Santa.

Milhares de anos depois, a ação dos bandeirantes de Fernão Dias originou povoados como a Vila Real de Sabará e diversos outros que acompanham o curso do rio das Velhas. Desde que a primeira pepita de ouro foi encontrada, em 1677, entre Sabará e Lagoa Santa, a mineração é a principal causa das mudanças na paisagem, seja pelo desmatamento e poluição ou pelos adensamentos populacionais.

Pode-se dizer que pouco dessa influência se alterou desde então. O Velhas convive hoje com o risco de rompimento de sete barragens da Vale, três delas em nível máximo de alerta, localizadas na região do **Alto rio das Velhas**, onde estão localizadas suas nascentes.

Além disso, após o rompimento da barragem da Vale no Córrego do Feijão, em Brumadinho, que praticamente inutilizou o rio Paraopeba para o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o Velhas, principal responsável pelas águas da RMBH, ficou ainda mais sobrecarregado. Além da ameaça dos rompimentos, essa pressão tem aumentado os riscos à saúde da bacia.

ALERTA HÍDRICO

O Sistema Nacional de Meteorologia emitiu, no fim de maio, um alerta de emergência hídrica associado à escassez de chuvas para a região hidrográfica da Bacia do Paraná, que abrange o Sudeste e o Centro-sul do país, para o período de junho a setembro de 2021. A falta de precipitações afeta os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

O estudo revelou ainda, em uma análise retroativa, que as baixas nos índices de precipitação são alarmantes desde 2019.

O volume de chuvas entre setembro de 2020 e março deste ano é o menor em 91 anos. Os baixos índices de precipitação afetam não somente a economia e os bolsos dos consumidores com contas de luz altas, mas também a segurança alimentar, a vida das po-

pulações ribeirinhas, o ofício de pescadores e o balanço ecológico das bacias.

De acordo com o geógrafo e presidente da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), Rodrigo Lemos, existem fenômenos climáticos influenciando o cenário que são de uma escala que ultrapassa a local, mas precisamos pensar também nas formas de uso e ocupação de cada território.

Segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2010, a população da bacia do Velhas é estimada em 4,4 milhões de habitantes e está distribuída nos 51 municípios cortados pelo rio e seus afluentes. A RMBH ocupa cerca de 10% desse território, mas retira mais de 70% da sua vazão. Somente o sistema de Bela Fama, em Nova Lima, é responsável pelo abastecimento de 1,8 milhão de pessoas.

Durante o período de estiagem em 2019, o Sistema Bela Fama atingiu a vazão de 8 m³/s, a pior da história. Atualmente, o valor está na casa dos 11 m³/s, pouco acima da vazão considerada de alerta, de 10,4 m³/s. Somente a Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) retira 7,6 m³/s da vazão disponível.

Região composta por 10 municípios na área denominada Quadrilátero Ferrífero. Compreende das nascentes do Velhas no Parque das Andorinhas, em Ouro Preto, à RMBH.

“É necessário refletirmos sobre quais políticas e ações estamos tentando construir para evitar que a escassez se torne um problema para as atividades humanas e para os sistemas ecológicos. A escassez faz parte do processo do ciclo hidrológico, já a menor oferta de água é um problema das nossas estruturas de gestão”, explica Lemos.

Na visão do geógrafo, a falta de um planejamento que seja sensível às águas e aos seus ciclos de recarga e renovação nos deixa cada vez mais longe de garantir um planejamento integrado em torno das dinâmicas dos mananciais.

MITIGAR AS PERDAS

Para o coordenador do Projeto Manuelzão, Marcus Vinícius Polignano, o alerta de escassez é uma oportunidade para entendermos que a água é renovável, mas não é inesgotável: “não adianta pensar que teremos água sem cuidar do solo”. Polignano destaca que manter as cidades permeáveis, com um desenvolvimento que obedeça a reserva de 20% dos terrenos para absorção das chuvas, e ampliar a infraestrutura verde é fundamental para se manter a resiliência do solo e dos mananciais.

Enquanto isso não se concretiza, as cidades assistem a enchentes quando o sistema hídrico se reabastece, nos períodos chuvosos, mas perdem todo esse volume de águas sem as devidas absorção e captação.

Polignano também ressalta a urgência de se reduzir as perdas ocorridas no abastecimento que, no caso da Copasa, chegam a cerca de 40% do total de água captado.

IMPACTOS DA MINERAÇÃO

As zonas de recarga de aquíferos são locais da superfície terrestre que possibilitam a infiltração da água em direção ao sistema geológico, capaz de armazenar e distribuir o recurso. O topo dos morros é de fundamental importância para a recarga, já que seus fluxos verticais descendentes são temporalmente mais longos, promovendo o armazenamento de água durante todo o ano, distribuindo-a superficial e subterraneamente por toda a bacia.

A expansão minerária no Alto rio das Velhas a partir da década de 1990 tem intensificado os impactos negativos nos mananciais e reservatórios da bacia. Com a exploração dos morros e serras, compromete-se o processo de recarga e renovação, e a qualidade da água. A transferência entre águas superficiais e subterrâneas é reduzida e, com isso, os mananciais perdem a capacidade de manter sua vazão; o sistema hídrico perde resiliência.

“Temos cerca de apenas 50 dias chuvosos em um ano, o que indica que é esse sensível sistema de produção de água que mantém sua autoalimentação no restante do tempo”, aponta Polignano.

“É como um sistema circulatório”, compara o professor, “a calha do rio é uma consequência de todas as nascentes do entorno”, e este sistema está totalmente conectado à capacidade de manutenção das suas caixas subterrâneas. Com algumas veias sendo sacrificadas, o sistema vai adoecendo.

DA ANÁLISE CRÍTICA

Os dados meteorológicos vêm demonstrando que, ciclicamente, fenômenos de escassez de chuvas vêm se repetindo em prazos muito curtos, a cada 4 ou 5 anos. Tratam-se de eventos próximos e sistêmicos, que denotam eventos planetários ligadas às mudanças climáticas.

Além disso, a gama de informações hoje disponível permite realizar simulações e previsões meteorológicas de médio e longo prazo. Portanto, tratam-se de fenômenos previsíveis. Não podemos ser surpreendidos.

Temos um cenário complexo envolvendo diversas crises, que se somam e se potencializam – a energética, a ambiental e a hídrica – e que têm em comum a ausência de uma política sistêmica centrada na gestão das bacias hidrográficas.

“Não basta chover, é preciso que a água se acumule no solo. É necessário um solo geologicamente permeável, com matas e áreas de recargas preservadas, com nascentes vivas. Enfim, é preciso que haja um sistema de produção natural de água!”, finaliza Polignano.



PROJETO MANUELZÃO

UFMG: ASSIM TUDO COMEÇOU...

Imagem: Arquivo Projeto Manuelzão

RELATO DE MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO

O professor da Faculdade de Medicina da UFMG, Apolo Heringer Lisboa, foi o grande mentor do Projeto Manuelzão. Hoje aposentado, Apolo convidou a mim e ao professor Antônio Leite para discutirmos uma nova visão de saúde coletiva.

Atuávamos na disciplina do internato rural do Departamento de Medicina Coletiva da UFMG, nos idos de 1996. Nesta disciplina, os alunos conviviam por três meses com comunidades no interior do estado, ou na periferia da capital, exercendo atividades clínicas e de saúde coletiva.

Nesta convivência, os alunos relatavam as precárias condições de saneamento das comunidades, como falta de água tratada, de coleta de esgotos e do lixo, e córregos poluídos e contaminados. As unidades de saúde encontravam-se lotadas e atendiam casos de diarreia, doenças infecciosas, verminoses, sendo as crianças as mais afetadas.

A resposta dada pelos alunos era a medicalização. Assim, por exemplo, receitava-se vermífugo para a criança, que daí a três meses voltava à unidade de saúde com as mesmas queixas. Ou seja, enxugava-se gelo.

Passamos a refletir então que não estávamos atuando nas causas das doenças, mas simplesmente medicalizando uma sociedade doente.

Segundo Apolo, “o paradigma antrópico de domínio da natureza ignorou duas questões: que a natureza associa o ser humano ao restante da fauna e flora; e que as atuais relações sociais excluem a maioria dos seres humanos das conquistas sociais e técnico-científicas, cassando suas cidadanias e o direito à saúde. Nestas relações, o dinheiro é que confere cidadania. Este paradigma entrou em confronto antagônico agudo com o ambiente e a sociedade, ameaçando a vida da atual e das futuras gerações. As doenças também são sinais e sintomas de uma crise paradigmática. O estoque de saúde nesta sociedade está muito abaixo do aceitável”.

E assim iniciamos o Projeto Manuelzão, em homenagem a Manuel Nardi, vaqueiro na obra do escritor mineiro Guimarães Rosa e que será tema de um próximo artigo nesta seção.



Manuel Nardy, o Manuelzão, ao centro, junto de professores e alunos da Faculdade de Medicina da UFMG.

O Projeto Manuelzão postulou a centralidade da questão ambiental na promoção da saúde: “o eixo temático ‘saúde, ambiente e cidadania’, abre espaço para questionar o conceito hegemônico de considerar saúde como um produto da indústria e dos serviços de atenção aos doentes. Esta hegemonia ideológica da “indústria da doença” está perpetuando um modelo social excludente, incompatível com a saúde coletiva e associado com a alta lucratividade dos setores mais mórbidos da economia. Saúde está correlacionada com a qualidade de vida, e qualidade de vida, com o ambiente e o caráter das relações sociais”.

Procuramos construir uma nova prática de saúde coletiva mostrando que a saúde é fruto muito mais da qualidade de vida e ambiental da comunidade do que da quantidade de remédios que ela toma.

Nossos alunos passaram a discutir com as prefeituras e comunidades a necessidade da promoção da saúde através de melhoria ambiental, em especial da qualidade da água. A contaminação das águas nos levou ao rio.

As águas poluídas pelo esgoto, pelas indústrias, pela mineração, destroem os nossos rios. Além de adoecer as pessoas, inviabilizam os usos múltiplos das águas como a dessedentação de animais, o abastecimento humano, e a manutenção da vida aquática, como os peixes.

O projeto que começou dentro de uma unidade de saúde foi se transformando num projeto de mundo com uma visão sistêmica, integrando saúde e ambiente no território da bacia do rio da Velhas, e posteriormente estendendo-se para outras bacias.

TRABALHO PELOS DIREITOS DAS PESSOAS ATINGIDAS

Em fevereiro de 2021, a Vale, o governo de Minas e as Instituições de Justiça assinaram um acordo sobre o processo de reparação dos danos coletivos e difusos causados pelo rompimento da barragem no rio Paraopeba. No texto, foi previsto que a reparação deve ser executada a partir de determinados programas e projetos, indicados em anexos que compõem o acordo. O Instituto Guaicuy, que atua como Assessoria Técnica Independente de duas das cinco áreas em que foi dividida a bacia do Paraopeba (a área 4, que compreende Curvelo e Pompéu, e a área 5, composta pelos municípios banhados pela represa de Três Marias) tem hoje seu trabalho muito voltado ao Anexo I do acordo, que trata do Programa de Recuperação Socioeconômica. Isso porque esse anexo prevê etapas de consulta e deliberação das comunidades atingidas.

Para garantir que as pessoas possam participar e que recebam todas as informações que precisam, o Guaicuy tem realizado reuniões com os núcleos formados com membros das comunidades. Entre março e maio aconteceram 122 reuniões de núcleos, com 1.946 participações. Nessas reuniões, foram discutidos os três eixos do Anexo de Recuperação Socioeconômica do acordo que se relacionam com a atuação do I.



O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIOECONÔMICA

O programa proposto no acordo é composto por três eixos:

O anexo 1.1, de Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas, conta com um montante de R\$ 3 bilhões, dos quais pelo menos R\$ 1 bilhão deve ser destinado a projetos de créditos e microcréditos para as pessoas atingidas. As comunidades devem participar desde a concepção para elaboração dos projetos até a decisão sobre a gestão financeira e podem ser pensadas propostas que envolvam diversificação econômica.

No trabalho realizado pelo Instituto Guaicuy, as reuniões dos núcleos comunitários foram essenciais para que fosse possível identificar e sistematizar essas demandas.

Já o anexo 1.2 discorre sobre o Programa de Transferência de Renda (PTR), valor mensal em dinheiro que substituirá o Pagamento Emergencial, criado logo após o rompimento para garantir que as pessoas tivessem condições de se manter enquanto o processo judicial caminha. Estão destinados, para o PTR, R\$ 4,4 bilhões. No programa antigo, a área 5 não recebia o pagamento emergencial. Mas, agora, depois de muita mobilização das pessoas atingidas e com o apoio da Assessoria Técnica do Guaicuy, essas comunidades terão acesso ao esse direito. Nos novos critérios, já aprovados pelo juiz Paulo de Tarso Tamburini Souza, serão considerados: residentes do município de Brumadinho; comunidades que estejam completamente ou parcialmente dentro do raio de 1 km da margem do rio Paraopeba; localidades com justificativa fundamentada e que tenham tido desabastecimento de água ou recebido obras emergenciais e Comunidades às margens do Lago de Três Marias.

Há ainda o anexo 1.3, de Projetos para a Bacia do Paraopeba. São projetos de reforço de políticas públicas, como construção de estradas, postos de saúde, hospitais, programas de assistência social, ações de infraestrutura, de forma geral. Essas propostas, feitas pelas comunidades atingidas e pelas prefeituras, serão avaliadas pelo poder público e, caso aprovadas, executadas pela Vale, empresa ré no processo judicial. O valor previsto é de R\$ 1,5 bilhão. Vários diálogos foram construídos entre as pessoas das comunidades e as prefeituras para tentar com que as propostas realmente atendam às necessidades da população.

ACORDO (?) DE REPARAÇÃO POR BRUMADINHO ENTRE VALE E GOVERNO DE MINAS DESRESPEITA E EXCLUI PESSOAS ATINGIDAS

O Governo de Minas enviou para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que define parte da destinação dos recursos do acordo de reparação pelo desastre de Brumadinho. O Manuelzão considera o acordo ilegítimo por ignorar o sofrimento das pessoas atingidas e não as incluir nas negociações, além de prever projetos paralelos ou contrários aos seus interesses.

Os projetos anexados ao PL incluem recursos para policiamento, sistema prisional, infraestrutura da Cidade Administrativa e até mesmo para o Rodoanel Metropolitano, obra que passaria por cima de áreas de importância ambiental, hídrica e histórico-cultural da região metropolitana de BH. O mais espantoso é a construção do Plano Estadual de Mineração, utilizando recursos de um crime minerário para financiar a própria mineração.

É dever do poder público garantir a participação ativa das comunidades afetadas no processo de reparação integral, julgar os responsáveis e rever as políticas relacionadas à mineração. O poder público mineiro, ao contrário, é complacente com a Vale, empresa causadora dos maiores crimes ambientais e humanos da história do Brasil, em Mariana e Brumadinho.

APÓS ABRIR A PORTEIRA, RICARDO SALLES SAI DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conhecido pelo infame mote “passar a boiada”, dito em uma reunião ministerial em abril de 2020, Ricardo Salles pediu exoneração da pasta do Meio Ambiente. Sua gestão foi marcada pelo desmonte sem precedentes das políticas públicas do ministério que dirigiu.

Órgãos de gestão, licenciamento e fiscalização ambiental foram desestruturados. Recordes de desmatamento e queimadas na Amazônia foram quebrados em sua gestão, também ocorreram o vazamento de óleo no litoral brasileiro, em 2019, e os incêndios no Pantanal, em 2020.

Salles é investigado em dois processos no STF por crimes de corrupção, advocacia administrativa e facilitação de contrabando de madeira e foi obrigado a entregar seu passaporte à Polícia Federal.

Após o rompimento da barragem em Brumadinho, Salles, numa amostra de sua baixaza, afirmou que o desastre ocorreu em razão da “gestão pública ineficiente, [...] pautada pela ditadura do politicamente correto e de certos conceitos que são impostos à revelia da razão”. Disse ainda que o governo foi “duro” com a Vale, apontada em todas as investigações como culpada pela tragédia que vitimou 272 pessoas e destruiu a bacia do Paraopeba.



O TERROR SE REPETE: MINA DA VALE EM MARIANA É INTERDITADA APÓS RISCO DE MORTE DE TRABALHADORES

As atividades da Vale na mina Alegria, em Mariana, foram paralisadas após uma vistoria da Superintendência Regional do Trabalho (SRT), realizada em maio, apontar que a barragem do Xingu apresenta risco significativo e iminente de ruptura. Os trabalhadores da mina, correndo risco de vida em suas atividades, foram evacuados.

Além de erosão na barragem, a vistoria realizada em maio descobriu que não havia controle do material depositado, drenagem adequada e cobertura vegetal para proteção do terreno. A estrutura foi classificada no nível 2 de alerta após uma avaliação da ANM em setembro de 2020.

Desativada há 20 anos, a Xingu era erroneamente definida pela mineradora como de “empilhamento drenado”, depois corrigida para barragem à montante, após a vistoria da ANM. O método à montante é o mesmo das barragens que se romperam em Mariana e Brumadinho, esta última também desativada.

Outra auditoria foi realizada pela ANM, há um mês, mas o nível máximo de alerta não foi declarado, ainda que em uma reunião a mineradora reconhecesse a “possibilidade” de ruptura. A Vale não cumpriu o prazo da SRT para apresentar medidas ou estudos comprobatórios de eliminação do risco.



Mais do que números, foram histórias de vida interrompidas pela Covid-19 no Brasil.

Não precisava ser dessa forma se houvesse mais planejamento, ciência e consciência.

Menos negacionismo e mais vacinas!

Nossa solidariedade a todas as famílias das vítimas.

E homenagem aos profissionais de saúde.

Pelo fortalecimento do SUS!

